

EXPORTAÇÃO



Ricardo Stuckert - PR

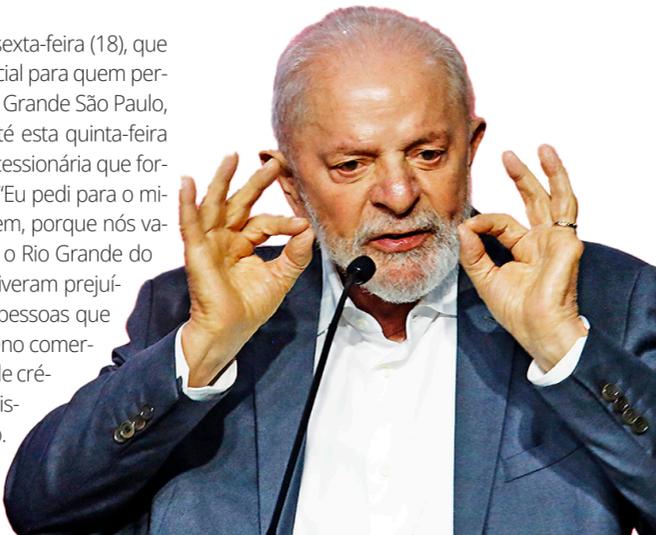
O PRESIDENTE LULA ANUNCIOU A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA ACREDITA para beneficiar pequenos negócios interessados em exportar produtos. Durante evento em São Paulo, Lula assinou projeto, a ser enviado ao Congresso Nacional, que permite a adoção de alíquotas diferenciadas por porte de empresa no regime que envolve o reembolso de valores tributários existentes na cadeia produtiva de empresas exportadoras. O vice-presidente, Geraldo Alckmin, explicou que o benefício do Acredita Exportação vai funcionar como o antigo Programa Reintegra, no qual as empresas recebem de volta parte dos tributos pagos na produção dos bens, em percentuais de até 3% sobre a receita obtida com a exportação. **PÁGINA 2**

O governo deverá usar R\$ 150 milhões para criar a linha de crédito

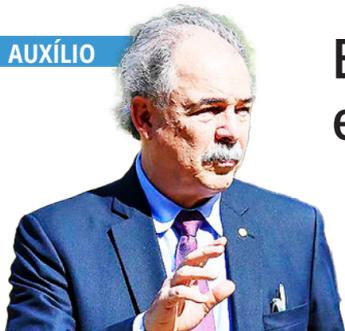
Lula anuncia crédito para quem perdeu bens

O auxílio será destinado a empreendedores e pequenas empresas atingidas pelo apagão em São Paulo. Ao todo, 380 mil companhias devem ser beneficiadas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta sexta-feira (18), que o governo federal vai criar uma linha de crédito especial para quem perdeu bens e foi impactado pelo apagão de energia na Grande São Paulo, iniciado no último dia 11, após uma tempestade. Até esta quinta-feira (17), cerca de 36 mil clientes da Enel, a empresa concessionária que fornece o serviço, ainda estavam sem energia elétrica. "Eu pedi para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad e para a Casa Civil trabalharem, porque nós vamos fazer para a cidade de São Paulo o mesmo que fizemos para o Rio Grande do Sul - afetado por enchentes em maio deste ano. As pessoas que tiveram prejuízos por conta do apagão, as pessoas que perderam geladeira, as pessoas que perderam, inclusive, a sua comida que estava na geladeira, o pequeno comerciante que perdeu alguma coisa, nós vamos estabelecer uma linha de crédito para que as pessoas possam se recuperar e viver muito bem", disse Lula. Cerca de 3,1 milhões de clientes foram atingidos pelo apagão. A rede afetada inclui 17 linhas de alta tensão, 11 subestações, 221 circuitos de média tensão, 105 transformadores, 251 postes e 1.492 ocorrências com vegetação. **PÁGINA 3**



AUXÍLIO



BNDES oferece mais de R\$ 9 bilhões em crédito para pequenos negócios

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, informou que a instituição, mediante acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), irá disponibilizar R\$ 9,4 bilhões a negócios de menor porte. Os recursos deverão ser repassados através de fundo garantidor de créditos. **PÁGINA 2**

GANHOS

Procter & Gamble teve lucro líquido de US\$ 3,96 bilhões no 1º trimestre

A Procter & Gamble (P&G) teve lucro líquido de US\$ 3,96 bilhões em seu primeiro trimestre fiscal, valor 12% menor do que o ganho de US\$ 4,52 bilhões registrado no mesmo período no ano passado.

O presidente e CEO da P&G, Jon Moeller, disse que os resultados mantêm a empresa "no caminho certo" para cumprir suas metas de desempenho financeiro para o ano fiscal. **PÁGINA 3**

AVANÇOS

PIB da China cresceu 4,6% no terceiro trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu 4,6% no terceiro trimestre deste ano, ante igual período de 2023. O resultado veio em linha com a estimativa dos analistas ouvidos pela FactSet, que esperavam crescimento de 4,6%, e indica uma leve desaceleração em relação ao resultado do segundo trimestre, quando o PIB do país avançou 4,7%. **PÁGINA 5**

VALE

Petrobras realiza venda direta de diesel renovável

A Petrobras e a Vale assinaram um acordo para fornecimento de produtos com foco na competitividade. O acordo inclui o uso do Diesel R em veículos da mineradora, como locomotivas e caminhões fora de estrada. Esta foi a primeira venda direta feita pela Petrobras a um consumidor. O acordo reforça o compromisso da Vale de promover a descarbonização. **PÁGINA 8**

RENDA

Trabalho infantil recuou 14,6% no ano passado

O Brasil tinha 1,852 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos fazendo algum tipo de trabalho em 2023, sendo 1,607 milhão deles em situação de trabalho infantil que deveria ser erradicado. Mais de 500 mil pequenos cidadãos exerciam alguma atividade econômica sob condições de risco à sua integridade física. Houve melhora também na renda proveniente de benefícios sociais. **PÁGINA 7**

IBOVESPA 130.499,26 ↓ -0,22%

Mais Negociados

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	3,76	+1,08%	+0,04
PDG REALT ON NM	0,01	0,00%	0,00
BRADESCO PN N1	15,32	+0,79%	+0,12
ELETRONAS ON N1	37,77	-0,94%	-0,36
PETROBRAS PN N2	36,83	-0,27%	-0,10

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ATOMPAR ON	4,05	+63,31%	+1,57
RECRUSUL PN	1,83	+27,97%	+0,40
EUCATEX ON N1	17,10	+8,71%	+1,37
SEQUOIA LOG ON NM	3,500	+8,36%	+0,270
PANATLANTICAON	32,00	+6,67%	+2,00

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
DTCOM,DIRECTON	3,96	-11,01%	-0,49
ALLIAR ON NM	12,20	-8,82%	-1,18
GAFISA ON NM	1,73	-5,46%	-0,10
QUERO,QUERO ON NM	2,85	-5,32%	-0,16
VITRUEDUCA ON NM	9,190	-5,26%	-0,510

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	43.275,91	+0,085%
S&P 500	5.864,67	+0,40%
NASDAQ	18.489,55	+0,63%
DAX 30	19.657,37	+0,38%
FTSE 100	8.358,25	-0,32%
IBEX 35	11.925,20	+0,17%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,698	5,698	↑ 0,68%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,70%

EURO

COMPRA	VENDA	%
6,190	6,190	↑ 1,01%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
7,431	7,435	↑ 1,13%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 500,73	2.721,41

ESTÍMULOS

Presidente amplia crédito para beneficiar empresa exportadora

O benefício do Acredita Exportação vai funcionar como o antigo Programa Reintegra, no qual as empresas recebem de volta parte dos tributos pagos na produção dos bens, em percentuais de até 3% sobre a receita

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta sexta-feira (18), a ampliação do Programa Acredita. É para beneficiar pequenos negócios interessados em exportar produtos. Durante evento em São Paulo, Lula assinou projeto, a ser enviado ao Congresso Nacional, que permite a adoção de alíquotas diferenciadas por porte de empresa no regime que envolve o reembolso de valores tributários existentes na cadeia produtiva de empresas exportadoras.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, explicou que o benefício do Acredita Exportação vai funcionar como o antigo Programa Reintegra, no qual as empresas recebem de volta parte dos tributos pagos na produção dos bens, em percentuais de até 3% sobre a receita obtida com a exportação.

“Quando eu exporto, eu não tenho imposto a pagar, mas eu já paguei nos insumos que utilizei, e é isso que vai ser devolvido. Um grande estímulo à exportação através dos pequenos empreendedores”, disse Alckmin.

“O Brasil representa 2% do Produto Interno Bruto (PIB) – soma das riquezas do mundo, então 98% estão fora do Brasil. É muito importante a exportação. Ano passado, o Brasil bateu recorde com US\$ 340 bilhões em exportação. Em volume, o mundo cresceu no comércio exterior 0,8%, o Brasil cresceu 8,2% em volume, dez vezes a média mundial. Mas nós temos poucos pequenos empreendedores exportando”, acrescentou o ministro.

Lula, Alckmin e diversos ministros participaram, na sexta, do evento Acredite no seu Negócio, em São Paulo, que visa impulsionar os mecanismos de estímulo aos pequenos negócios, presentes nos quatro eixos do Programa Acredita.

Com o potencial de destravar até R\$ 30 bilhões em crédito, o Acredita é um conjunto de ações destinado a diversos segmentos, com especial atenção à população mais vulnerável e com mais dificuldade de acesso a crédito no mercado financeiro.

“É importante a gente lembrar que tem uma parte da sociedade que não quer ter carteira profissional assinada. As pessoas querem trabalhar por conta própria, querem ser empreendedoras, montar um comércio, uma agência de turismo, as pessoas querem fazer um instituto de beleza [...]. Então, é preciso que a gente aprenda que mudou o mundo do trabalho no Brasil, não só pelos avanços tecnológicos, mas também pelo avanço da qualidade educacional que o povo brasileiro tinha”, disse Lula. “E, muitas vezes, as pessoas deixam de empreender porque faltam R\$ 10 mil, R\$ 15 mil e alguns têm tanta facilidade



Geraldo Alckmin, Tarciana Medeiros, Lula, Fernando Haddad e Wellington Dias, durante o evento de lançamento do Programa Acredita, que deve destravar até R\$ 30 bilhões em crédito

CAPACITAÇÃO

BNDES oferece mais de R\$ 9 bilhões em crédito para pequenos negócios

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, informou na sexta-feira (18) que a instituição, mediante acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), irá disponibilizar R\$ 9,4 bilhões a negócios de menor porte. Os recursos deverão ser repassados através de fundo garantidor de créditos.

O anúncio foi feito na capital paulista, durante o evento Acredite no Seu Negócio, organizado no âmbito do programa Acredita, por quatro ministérios, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) e o Sebrae. A cerimônia contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e de uma comitiva composta por representantes do primeiro escalão do governo.

O Programa Acredita facilita o acesso ao crédito a diversos segmentos econômicos, sobretudo à parcela mais vulnerável da população. O pro-

grama foi lançado pelo governo federal em 22 de abril deste ano, com três eixos de ação: capacitação, empreendedorismo e emprego.

Mercadante adiantou também que o BNDES deve firmar acordo com a Apex Brasil para apoiar a exportação de produtos comercializados por pequenos negócios. “92% do mercado está fora do país e, hoje, com as plataformas digitais, você vende”, disse, acrescentando que, após a instituição constatar que o nível de inadimplência de pequenas e médias empresas ficou abaixo do esperado, irá liberar mais R\$ 112 bilhões.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, elogiou a criação de um programa com esse propósito, argumentando que preencher uma lacuna há muito existente e que populariza o crédito. “O crédito deixa de ser algo de luxo”, afirmou. “Os pequenos crescendo, todos nós crescemos.”

A linha Acredita no Primeiro Passo foi pensada para trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, informais, famílias de baixa renda e mulheres

empreendedoras, que já representam 73% do público atendido, que já movimentou 30 mil operações. Nesse caso, o valor médio concedido é de R\$ 6 mil. Estima-se que se atinja um montante de R\$ 1,25 milhão de transações de microcrédito até 2026 e que a aplicação se converta em R\$ 7,5 bilhões no mesmo período.

O programa Acredita também leva em conta uma dimensão que tem se tornado cada vez mais importante, a de sustentabilidade. Através da vertente Eco Invest Brasil, busca impulsionar, com proteção cambial, investimentos em projetos verdes.

Outra possibilidade desenhada para micro empresas e Microempreendedores Individuais destacada no evento foi o ProCred 360, que beneficia negócios que têm faturamento de até R\$ 360 mil. As taxas pagas por quem adere a este programa chegam a corresponder a metade das praticadas no mercado em geral.

Negócios desse porte também contam com o Desenrola Pequenos Negócios, que abarca também peque-

nas empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. O objetivo é auxiliá-los na quitação de pendências, resolvendo situações de inadimplência. O desconto que incide sobre as dívidas pode chegar a 95%.

Além de ser reconhecida como o banco da habitação, a Caixa Econômica pretende se tornar uma referência na concessão de financiamentos para os pequenos empreendedores, afirmou o presidente da instituição, Carlos Vieira. “A Caixa passará a ser reconhecida como um dos bancos que mais fará microcrédito no País”, frisou.

A Caixa firmou um convênio com o Ministério da Integração que prevê, de imediato, um orçamento de R\$ 300 milhões em recursos para crédito desse segmento. Para o ano que vem, o orçamento será de R\$ 2 bilhões. Os recursos serão destinados a empreendedores de vários segmentos, a começar pela agricultura familiar, disse.

O presidente da Caixa participou nesta sexta-feira, 18, do lançamento do Acredita, programa que visa incentivar os financiamentos, com juros reduzidos, para os microempreendedores. O evento reuniu também os representantes de outros bancos públicos e privados - Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Bradesco, Febraban, entre outros.

de entrar no banco e pegar R\$ 1 milhão, R\$ 5 milhões”, afirmou Lula defendendo que é a circulação do dinheiro na mão da população que faz a economia crescer por meio do consumo.

Ele cobrou de seus ministros e das agências envolvidas com o Acredita uma ampla divulgação do programa para que, de fato, o público-alvo seja alcançado. Lula falou também da importância da redução da burocracia

para a liberação dos recursos.

“Para que, pelo amor de Deus, esse dinheiro apareça de verdade para as pessoas poderem crescer na vida”, disse.

O Programa Acredita foi criado pelo governo em abril deste ano. O texto foi, então, aprovado pelo Congresso em setembro e sancionado por Lula no último dia 11 de outubro.

Os usuários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), por exemplo, têm

acesso a microcrédito orientado pelo eixo Acredita no Primeiro Passo. Essa é uma linha focada especialmente nas famílias de baixa renda, trabalhadores informais e mulheres empreendedoras.

Até agora, a iniciativa contabiliza quase 30 mil operações realizadas em 11 estados, sendo que as mulheres representam 73% do público atendido. Até 2026, a expectativa do governo é realizar 1,25 milhão de transações

de microcrédito nessa linha, com concessões médias de R\$ 6 mil.

Voltado aos negócios de pequeno porte, o segundo eixo se chama Acredita no Seu Negócio e tem um programa de crédito e uma versão do Desenrola, programa de renegociação de dívidas para empresas com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões.

De acordo com dados da empresa Serasa Experian, cerca de 6,3 milhões de micro e peque-

nas empresas estavam inadimplentes em janeiro de 2024, maior número da série iniciada em 2016.

O terceiro eixo cria um mercado secundário (mercado de troca de ativos) para o crédito imobiliário. Por fim, chamado de Eco Invest Brasil, o quarto eixo cria um programa de proteção cambial para investimentos verdes visando atrair investimentos internacionais em projetos sustentáveis no Brasil.

Diário ComercialPropriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.FILIADO À:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**
Bruna Luz**DIRETOR EXECUTIVO**
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

**ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL****REPRESENTANTE COMERCIAL****Rio de Janeiro**
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906**São Paulo**
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000**Brasília**
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038**Belo Horizonte**
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232**Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01**
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

AUXÍLIO

Lula anuncia linha de crédito para empresas em São Paulo

A Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) disse que a interrupção de energia já provocou prejuízos de cerca de R\$ 150 milhões

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta sexta-feira (18), que o governo federal vai criar uma linha de crédito especial para quem perdeu bens e foi impactado pelo apagão de energia na Grande São Paulo, iniciado no último dia 11, após uma tempestade. Até esta quinta-feira (17), cerca de 36 mil clientes da Enel, a empresa concessionária que fornece o serviço, ainda estavam sem energia elétrica.

“Eu pedi para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad e para a Casa Civil trabalharem, porque nós vamos fazer para a cidade de São Paulo o mesmo que fizemos para o Rio Grande do Sul - afetado por enchentes em maio deste ano. As pessoas que tiveram prejuízos por conta do apagão, as pessoas que perderam geladeira, as pessoas que perderam, inclusive, a sua comida que estava na geladeira, o pequeno comerciante que perdeu alguma coisa, nós vamos estabelecer uma linha de crédito para que as pessoas possam se recuperar e viver muito bem”, disse Lula.

“Eu não quero saber de quem é a culpa, eu quero saber quem é que vai dar solução, e nós queremos encontrar a solução”, acrescentou o presidente, ao participar de evento em São Paulo.

Após o evento, Haddad conversou com jornalistas e explicou que o auxílio é destinado a empreendedores e pequenas empresas atingidas pelo apagão em São Paulo. Ao todo, 380 mil empresas da Grande São Paulo devem ser beneficiadas e o governo deverá usar R\$ 150 milhões para criar a linha de crédito. Conforme enfatizou Haddad, a medida não vale para pessoas físicas.

Especialistas ouvidos pela reportagem apontam a falência do modelo de privatização do setor de distribuição elétrica no Brasil e a falta de planejamento da empresa concessionária Enel e da prefeitura de São Paulo como determinantes na demora da restauração da energia elétrica na capital paulista.

Cerca de 3,1 milhões de clientes foram atingidos pelo apagão. A rede afetada inclui 17 linhas de alta tensão, 11 subestações, 221 circuitos de média tensão, 105 transformadores, 251 postes e 1.492 ocorrências com vegetação.

A Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) já encaminhou ao governo de São Paulo um pedido de mais prazo para o pagamento de impostos pelos estabelecimentos do setor. O pedido é de prorrogação do vencimento de impostos para cerca de 250 mil estabelecimentos que foram afetados pela falta de energia.

De acordo com a Fhoresp, a interrupção de energia já provocou prejuízos de cerca de R\$ 150 milhões para o setor nos quatro primeiros dias de apagão. Os maiores prejudicados são os micro e pequenos empresários.

As chuvas fortes e os ventos que atingiram diversas cidades paulistas também provocaram sete mortes.

O presidente disse nesta sexta-feira, 18, no anúncio do programa Acredita em São Paulo, que a medida não teria sido aprovada sem uma vontade do governo de “tirar o Brasil da mesmice”. Ele também voltou a dizer que o dinheiro precisa circular, em vez de ficar nas mãos de poucos.

Lula mencionou a presidente do Palmeiras, Leila Pereira. “Ela



Presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad: “eu não quero saber de quem é a culpa, eu quero saber quem é que vai dar solução”

PERDAS

Haddad diz que linha aberta por apagão em SP será para empresas

O apoio anunciado nesta sexta-feira, 18, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para cobrir prejuízos causados pelo apagão na Grande São Paulo vai valer para empresas e não terá impacto nas contas públicas. A informação foi dada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após o lançamento do programa Acredita, na capital paulista, em evento realizado no Allianz Parque.

O governo, conforme o ministro, vai usar R\$ 150 milhões em recursos já disponíveis do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para alavancar até R\$ 1 bilhão em créditos de bancos a empresas afetadas pela falta de energia após o temporal de sexta-feira da semana passada. A estimativa é de que 380 mil empresas da Região Metropolitana de São Paulo tiveram prejuízos com o apagão.

As empresas que comprovarem perdas com o apagão poderão recorrer ao Pronampe, linha de crédito com taxas mais baixas voltada a micro e pequenos negócios. Já as empresas sediadas em áreas que ficaram sem energia poderão solicitar prorrogação de 60 dias para pagamento de suas dívidas no Pronampe - neste caso sem a necessidade de comprovação de que tiveram prejuízos pelo apagão.

Questionado se também haverá ajuda financeira a famílias, Haddad deixou claro que a linha valerá apenas a

empresas. “A linha do Pronampe é só para a atividade econômica”, disse o ministro.

Antes, Lula tinha mencionado pessoas que perderam geladeiras e alimentos ao anunciar a linha de crédito. “As pessoas que tiveram prejuízos por conta do apagão, as pessoas que perderam geladeira, as pessoas que perderam, inclusive, sua comida que estava na geladeira, o pequeno comerciante que perdeu alguma coisa, nós vamos estabelecer uma linha de crédito para que as pessoas possam se recuperar e viver muito bem”, disse o presidente mais cedo.

Após o discurso de Lula, Haddad observou que as pessoas que tiveram prejuízo em suas casas podem cobrar as perdas da concessionária de energia, no caso a Enel. “Quando um bem, em virtude do apagão, sofreu dano na residência, você pode requerer ao concessionário a reposição desse bem.”

O ministro pontuou que os recursos do FGO estavam reservados a outras finalidades, fora do socorro à calamidade do Rio Grande do Sul. “Agora chegou o momento de utilizar”, afirmou Haddad.

Ele frisou que a linha não terá impacto nos resultados das contas públicas, e a medida provisória que libera os recursos deve ser assinada antes de o presidente viajar para a reunião da cúpula do Brics na Rússia. “É uma linha de crédito

que já existe”.

Segundo Haddad, os recursos do Pronampe estão reservados num fundo privado, cujo objetivo é justamente atender emergências.

Ele disse ainda que a medida foi tomada porque, uma semana após o apagão, não foi feito absolutamente nada para aqueles que tiveram perdas. “O presidente Lula ligou para o Rui Costa, ministro da Casa Civil, que está na China, ligou para mim e falou olha, a gente tem que dar uma resposta. Eu falei: vamos fazer uma coisa adequada para a situação de São Paulo e usando os mecanismos de crédito que nós temos à disposição”, relatou o ministro.

Antes de Haddad, o ministro do Empreendedorismo, Márcio França, informou que o financiamento terá uma carência de dois anos para início do pagamento.

A ideia, comentou, é que a medida sirva como apoio aos comerciantes de São Paulo, assim como aconteceu no Rio Grande do Sul, afetado pelas enchentes. “O objetivo é que as pessoas de São Paulo que tiveram seus comércios prejudicados por conta do apagão possam ter algo semelhante”, comparou. “Eu vi vários depoimentos de pessoas que perderam o seu estoque. Gente que vendia cachorro-quente que perdeu o seu estoque e não tem como recomprar”, exemplificou.

o dinheiro”, declarou.

O presidente mencionou a articulação política de seu governo, e disse que não perdeu nenhuma votação relevante no Congresso. Alfinetou seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL), dizendo que houve um “tempo das fake news”.

Afirmou ainda que hoje as pessoas querem ser empreen-

EXPANSÃO

P & G registrou lucro líquido de US\$ 3,96 bilhões

A Procter & Gamble (P&G) teve lucro líquido de US\$ 3,96 bilhões em seu primeiro trimestre fiscal (encerrado em setembro), valor 12% menor do que o ganho de US\$ 4,52 bilhões registrado no mesmo período no ano passado, segundo balanço publicado nesta sexta-feira, 18. Com ajustes, o lucro por ação da multinacional americana de bens de consumo foi de US\$ 1,93, um aumento de 5% em relação ao ano anterior e acima da previsão de analistas da FactSet, de US\$ 1,90.

As vendas líquidas somaram US\$ 21,7 bilhões, um recuo de 1% em comparação ao mesmo trimestre do ano passado, quando totalizaram US\$ 21,9 bilhões. Neste caso, o número ficou abaixo do consenso da FactSet, de US\$ 21,99 bilhões.

O presidente e CEO da P&G, Jon Moeller, disse que os resultados mantêm a empresa “no caminho certo” para cumprir suas metas de desempenho financeiro para o ano fiscal.

As vendas orgânicas, que excluem os impactos do câmbio e aquisições e alienações, aumentaram dois por cento, em um período base do ano anterior de sete por cento de crescimento. O lucro líquido diluído por ação foi de US\$ 1,61, uma queda de 12% em relação ao ano anterior devido a maiores encargos de reestruturação não essenciais.

O lucro principal por ação foi de US\$ 1,93, um aumento de cinco por cento em relação ao ano anterior. O fluxo de caixa operacional foi de US\$ 4,3 bilhões. A produtividade ajustada do fluxo de caixa livre foi de 82%, em linha com as expectativas. A produtividade ajustada do fluxo de caixa livre é calculada como fluxo de caixa operacional menos gastos de capital, como uma porcentagem do lucro líquido, excluindo uma cobrança não monetária por perdas acumuladas de conversão de moeda estrangeira devido à liquidação substancial de operações na Argentina.

A empresa retornou quase US\$ 4,4 bilhões em dinheiro aos acionistas por meio de mais de US\$ 2,4 bilhões em pagamentos de dividendos e mais de US\$ 1,9 bilhão em recompras de ações.

Jon Moeller disse que a empresa está comprometida com a estratégia de crescimento integrado de um portfólio de produtos focado em categorias de uso diário onde o desempenho impulsiona a escolha da marca, superioridade — em desempenho de produto, embalagem, comunicação da marca, execução de varejo e valor do consumidor e cliente — produtividade, interrupção construtiva e uma organização ágil e responsável. “Temos confiança de que esta continua sendo a estratégia certa para entregar crescimento equilibrado e criação de valor.” As vendas líquidas no primeiro trimestre do ano fiscal de 2025 foram de US\$ 21,7 bilhões, uma redução de um por cento em relação ao ano anterior. As vendas orgânicas, que excluem os impactos de câmbio e aquisições e alienações, aumentaram dois por cento. O aumento das vendas orgânicas foi impulsionado por um aumento de um por cento de preços mais altos e um aumento de um por cento no volume orgânico (que exclui o impacto de aquisições e alienações). O Mix teve um impacto neutro no crescimento das vendas no trimestre.

As vendas orgânicas de cuidados com os cabelos aumentaram em dígitos únicos baixos, impulsionadas pelo crescimento do volume e pelo mix favorável de produtos premium na América do Norte, Europa e América Latina, parcialmente compensadas por declínios de volume principalmente na Grande China.

CARGA TRIBUTÁRIA

Índice de evolução da produção industrial caiu para 48,8 pontos

O indicador que mede a evolução do nível de estoques ficou em 49,2 pontos em setembro, abaixo da linha dos 50 pontos, revelando que houve redução no volume de estoques em relação a agosto

O índice de evolução da produção industrial recuou em setembro, para 48,8 pontos.

O dado é da Sondagem Industrial divulgada nesta sexta-feira, 18, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em agosto, o indicador era de 52,2 pontos.

Ao cair abaixo dos 50 pontos, o índice revela queda na produção industrial em setembro, na comparação com agosto. Segundo a CNI, este é primeiro recuo da produção, após dois meses de alta.

Pela metodologia da pesquisa, os indicadores variam de zero a 100, sendo que valores abaixo de 50 indicam recuo e acima, avanço.

Segundo o levantamento, houve queda da produção nas pequenas, médias e grandes empresas. Esse recuo foi também generalizado entre as regiões. A única exceção foi a região Centro-Oeste, que apresentou estabilidade da produção (50 pontos).

Já o índice de evolução do número de empregados atingiu 51,1 pontos em setembro, ante 50,7 pontos em agosto. Ao se situar acima da linha dos 50 pontos, o indicador aponta que houve aumento do emprego industrial de agosto para setembro. De acordo com a CNI, esse é o terceiro mês consecutivo em que há alta do emprego industrial.

“Esse avanço foi puxado pelas indústrias de médio e grande porte, uma vez que houve recuo do emprego industrial nas empresas de pequeno porte”, destaca a pesquisa. O avanço do indicador também foi visto em todas as regiões, exceto no Sudeste, onde o emprego industrial se manteve estável em setembro.

A Sondagem também mostrou que a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) se manteve estável em setembro, em 72%, mesmo percentual registrado em agosto. Com isso, a UCI ficou um ponto percentual acima da média dos meses de setembro da série histórica. Segundo o levantamento, esse é o sexto mês consecutivo que a UCI se mantém acima da média histórica. No resultado por região, houve recuo na UCI nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas avanço na região Nordeste



Trabalhadores na indústria: a falta ou alto custo do trabalhador qualificado subiu para terceira posição na lista de preocupações, com 23% das citações. Antes, esse problema ocupava o sexto lugar

e estabilidade no Norte.

Já o índice de utilização da capacidade instalada efetiva em relação à usual atingiu 45,8 pontos em setembro, um recuo de 0,4 ponto frente a agosto. De acordo com a Sondagem, a queda foi puxada pelos recuos nos índices para as empresas de pequeno e médio porte. O índice para as grandes empresas registrou avanço.

O indicador que mede a evolução do nível de estoques ficou em 49,2 pontos em setembro, abaixo da linha dos 50 pontos, revelando que houve redução no volume de estoques em relação a agosto. “Na passagem de agosto para setembro o índice ainda se afastou da linha divisória do indicador, sinalizando uma redução mais intensa e disseminada entre os setores do que a observada na passagem de julho para agosto.”

O índice que mede o estoque efetivo em relação ao usual ficou em 49,2 pontos em setembro, um avanço de 0,7 ponto frente ao índice de agosto. Também abaixo da linha divisória do indicador, o índice do mês revela que os estoques permanecem em nível inferior ao planejado pelos empresários

industriais.

A Sondagem foi feita entre os dias 1º e 10 de outubro, com 1.579 empresas, sendo 634 pequenas, 569 médias e 376 grandes.

A elevada carga tributária continua sendo o principal problema enfrentado pela indústria, segundo Sondagem Industrial. O item continua liderando a lista dos entraves do setor no terceiro trimestre de 2024 e segue como o mais citado desde o último trimestre de 2023, sendo assinalado por 33,6% dos empresários industriais.

O segundo problema com maior citação no trimestre foi a falta ou alto custo de matéria-prima, com 24,9% das indicações dos empresários.

Segundo a Sondagem, do 2º para o 3º trimestre, o percentual de empresas que consideram esse um dos três principais problemas teve alta de 1,8 p.p. Com isso, o entrave avançou da terceira para a segunda posição na lista.

A falta ou alto custo do trabalhador qualificado subiu para terceira posição na lista de preocupações, com 23% das citações. Antes, esse problema ocu-

pava o sexto lugar. Na passagem entre os segundo e terceiro trimestres, houve uma alta de 4,4 p.p. no percentual de empresas que consideram esse um dos três principais entraves do setor.

“Esse é um problema que vem crescendo há alguns trimestres. Isso tem a ver com questões ligadas ao mercado de trabalho aquecido e ao próprio aumento da produção. É uma questão que preocupa, pois pressiona custos das empresas; consequentemente, pode prejudicar a avaliação da situação financeira e a recuperação da indústria no médio prazo”, avalia o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Em outubro, o índice de expectativa da quantidade exportada avançou, segundo a Sondagem. Por outro lado, os índices de expectativa de demanda, compras de matérias-primas e de número de empregados na indústria recuaram. Apesar da queda, destaca a CNI, todos os índices ficaram acima da linha divisória dos 50 pontos, indicando expectativa de crescimento para os próximos seis meses.

O indicador que mede a

expectativa de quantidade exportada avançou 0,2 ponto, atingindo 52,8 pontos em outubro. O índice de expectativa de demanda ficou em 56,3 pontos em outubro, queda de 1,4 ponto em relação a setembro. O indicador de expectativa de compras de insumos foi de 54,3 pontos, recuo de 1,3 ponto ante setembro. “A redução dos indicadores entre os meses revela uma redução no otimismo em relação às expectativas de demanda do setor e de compra de matérias-primas industriais nos próximos seis meses.”

O índice de expectativa de número de empregados ficou em 52 pontos em outubro, recuo de 0,7 ponto em relação a setembro.

O indicador que mede a intenção de investimento avançou 0,2 ponto em outubro, para 58,3 pontos. Com essa alta, o índice está 6,2 pontos acima da média histórica da série, de 52,1 pontos.

Com relação à condição financeira das empresas, a avaliação dos industriais melhorou no terceiro trimestre do ano. O indicador que mede essa percepção cresceu 1,4 ponto frente ao segundo trimestre do ano,

chegando a 51,7 pontos.

O indicador que mede a facilidade de acesso ao crédito também avançou 1,6 ponto no período, mas ficou em 42,9 pontos, ainda abaixo dos 50 pontos, mostrando que os empresários ainda sentem dificuldade para captar recursos.

“Em setembro, teve início um novo ciclo de aumento de juros, que provavelmente vai se manter durante algum tempo. Já há bastante dificuldade de acesso ao crédito, o que é capaz de piorar no próximo trimestre”, avalia Azevedo.

O levantamento mostra ainda que o indicador que mede a satisfação dos empresários com o lucro operacional atingiu 47 pontos no terceiro trimestre, dois pontos a mais do que no segundo trimestre, sugerindo diminuição da insatisfação dos industriais.

Agora em 62,9 pontos, O índice de evolução do preço de matérias-primas subiu 1,6 ponto na passagem do segundo para o terceiro trimestre, ficando em 62,9 pontos. “A percepção de aumento dos preços de insumos está mais intensa e é percebida por empresas de todos os portes”, destaca a CNI.

IRREGULARIDADE

Aneel contesta transferência da Amazonas Energia para a Âmbar

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contestou judicialmente a transferência de controle da Amazonas Energia para a Âmbar, empresa do grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, com o argumento de possível invalidade nas assinaturas dos executivos no acordo. O horário de efetivação da assinatura do termo de transferência da Amazonas Energia, conforme a ação judicial, foi após 23h59 do dia 10 de outubro, quando a medida provisória publicada (MP) para a troca de controle da concessionária perdeu a validade. Porém, a “data de inclusão” das assinaturas ocorreu às 23h58. Procurada, a Âmbar diz em

nota que, “ainda que o prazo correto fosse o dia 10 de outubro, prevaleceria a assinatura da autoridade responsável pela aprovação, a Aneel, que ocorreu às 23:59:01”. Também procurada, a Amazonas Energia não se manifestou até a publicação desta reportagem.

“Apenas o diretor-geral da Aneel (Sandoval Feitosa) assinou o referido termo aditivo ainda em 10/10/2024. Os representantes da Amazonas Energia, da Futura Venture Capital Participação Ltda. e do Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Milão de Responsabilidade Ilimitada (da Âmbar Energia) assinaram o termo adi-



Âmbar: Aneel informa invalidade nas assinaturas dos executivos no acordo

tivo somente em 11/10/2024, quando já havia expirado a eficácia da Medida Provisória nº 1.232”.

Após a assinatura, a Âmbar informou no dia 11 de outubro, em nota, que o termo de transferência de controle da Amazonas Energia “dá a segurança jurídica necessária ao negócio, uma vez que a Âmbar só assumirá a distribuidora caso a decisão judicial que determinou a assinatura do termo seja estabilizada até 31 de dezembro”.

A assinatura do termo foi baseada em decisão judicial que obrigou a transferência, prevendo flexibilizações que serão cobertas pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - em aproximadamente R\$ 14 bilhões pelos próximos 15 anos. Além disso, haverá aporte de capital de R\$ 6,5 bilhões para a redução do endividamento da Amazonas Energia.

“Para que o ato de transferência do controle societá-

rio da Amazonas Energia, realizado por força de decisão judicial precária (liminar ou tutela de urgência) proferida neste processo, fosse considerado plenamente constituído, todas as assinaturas das partes envolvidas deveriam ter sido lançadas no respectivo termo aditivo até o final do dia 10/10/2024”, afirma o pedido ajuizado pela Aneel, representado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Registro da Mesa Diretora do Congresso Nacional de 13 de agosto afirma que a prorrogação do prazo para deliberação da MP tinha como “data final após prorrogação: 10/10/24”.

A Aneel também pediu a condenação da Amazonas Energia por litigância de má-fé. Em agosto, o procurador-geral da Aneel, Raul Lisboa, já havia declarado que o órgão regulador buscava a condenação da Amazonas Energia em caso que envolva uma liminar da Justiça Federal no Amazonas.

CRÉDITO

PIB da China teve alta de 4,6% no terceiro trimestre

As vendas de novas moradias na China em valor sofreram queda de 24% entre janeiro e setembro. O resultado indica uma leve melhora no mercado imobiliário



Fábrica na China: o PIB chinês cresceu 0,9% entre julho e setembro. O resultado representa uma aceleração, já que a economia do país avançou 0,7% no período entre abril e junho

O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu 4,6% no terceiro trimestre deste ano, ante igual período de 2023, informou nesta sexta-feira, 18, o Escritório Nacional de Estatísticas do país (NBS).

O resultado veio em linha com a estimativa dos analistas ouvidos pela FactSet, que esperavam crescimento de 4,6%, e indica uma leve desaceleração em relação ao resultado do segundo trimestre, quando o PIB do país avançou 4,7%, na mesma comparação.

Em relação ao segundo trimestre, o PIB chinês cresceu 0,9% entre julho e setembro. O resultado representa uma aceleração, já que a economia do país avançou 0,7% no período entre abril e junho.

O Banco do Povo da China (PBoC, o BC chinês) emitiu diretrizes para que bancos estatais concedam empréstimos para recompras de ações por empresas e grandes acionistas, como parte de esforços para estabilizar as bolsas chinesas, que perderam força nos últimos anos. Os empréstimos, que só poderão ser concedidos por 21 instituições financeiras designadas, terão taxa de juro máxima de 2,25%, segundo comunicado do PBoC.

Os principais bancos comerciais da China cortaram suas taxas de depósito pela segunda vez neste ano. O Industrial & Commercial Bank of China (ICBC) e o China Construction Bank Corp (CBC), além de outras grandes instituições, cortaram nesta sexta-feira (18) os juros oferecidos em depósitos a prazo de um, dois, três e cinco anos em 25 pontos-base.

A medida pode ajudar a aliviar a pressão sobre os lucros dos bancos depois que as autoridades reduziram as taxas de hipotecas e empréstimos como parte dos esforços para impulsionar a economia.

As ações do ICBC caíram 0,5% no pregão da manhã, enquanto as ações do CBC recuaram 0,85%.

O presidente do Banco do Povo da China (PBoC), Pan Gongsheng, já havia dito que uma redução adicional de 20 a 25 pontos-base nas taxas de depósito seria feita.

A medida marca o passo mais recente em um ciclo de corte de

JUROS

Bolsas da Europa fecham sem direção única, com sinais de melhora na China

As bolsas da Europa fecharam sem direção única nesta sexta-feira, 18, após sinais de melhora econômica na China. Investidores ainda ponderam sobre os próximos passos do Banco Central Europeu (BCE), que cortou juros em 25 pontos-base na quinta-feira, 17.

O FTSE 100, de Londres, caiu 0,32%, aos 8.358,25 pontos. O CAC 40, de Paris, ganhou 0,39%, encerrando em 7.613,05 pontos. O DAX, referência em Frankfurt, teve ganhos de 0,38%, aos 19.658,01 pontos.

Dados que mostram um pequeno avanço trimestral na economia da China espantaram os temores de desaceleração no gigante asiático cooperaram para a alta em papéis de luxo na zona do euro, também de olho em medidas do governo para tentar apoiar a atividade.

Os papéis da LVMH, uma das maiores empresas de artigos de luxo, fecharam em alta de 2,18% em Paris. Em Milão, a ação da Salvatore Ferragamo fechou em alta de 2,69%, beneficiadas pela perspectiva chinesa.

Os mercados seguiram repercutindo novo corte de juros do BCE, mas comentários de dirigentes da instituição indicaram alguma preocupação sobre a economia da zona do euro.

O presidente do BC da Estônia, Madis Muller, disse que o crescimento econô-

mico na região será "muito mais modesto" do que o esperado. Ainda, o presidente do BC da Eslovênia, Bostjan Vasle, alertou para um aumento temporário da inflação na zona do euro até o final do ano.

Em outras bolsas, o Ibex 35, de Madrid, avançou 0,07%, para os 11.913,30 pontos. O FTSE MIB, de Milão, fechou em alta de 0,47%, a 35.204,26 pontos. Já o PSI 20, de Lisboa, recuou 0,62%, aos 6.673,90 pontos. As cotações são preliminares.

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em alta nesta sexta-feira, 18, após a China publicar dados econômicos animadores e tomar novas medidas para sustentar seus mercados acionários.

Principal índice acionário chinês, o Xangai Composto subiu 2,91%, a 3.261,56 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto teve desempenho ainda melhor, com ganho de 4,09%, a 1.906,86 pontos. Em Hong Kong, o Hang Seng avançou 3,61%, a 20.804,11 pontos.

No terceiro trimestre, o PIB da China teve expansão anual de 4,6%, em linha com a previsão da FactSet, mas acima dos consensos do The Wall Street Journal e da Reuters, de 4,5% em ambos os casos. Apenas em setembro, tanto a indústria

quanto o varejo chineses surpreenderam positivamente.

Já o banco central chinês (PBoC) emitiu diretrizes para que bancos estatais concedam empréstimos para recompras de ações por empresas e grandes acionistas, como parte de esforços para estabilizar as bolsas do país, que perderam força nos últimos anos.

Em outras partes da Ásia, o japonês Nikkei teve modesta alta de 0,18% em Tóquio, a 39.981,75 pontos, e o Taiex avançou 1,88% em Taiwan, a 23.487,27 pontos, em meio a um salto de 4,83% da ação da fabricante de chips TSMC, que garantiu lucro trimestral recorde em meio à forte expansão da demanda por inteligência artificial (IA).

Na contramão, o sul-coreano Kospi caiu 0,59% em Seul, a 2.593,82 pontos, em seu terceiro pregão negativo.

Na Oceania, a bolsa australiana também ignorou o tom majoritariamente positivo da Ásia, e o S&P/ASX 200 recuou 0,87% em Sydney, a 8.283,20 pontos.



taxas de depósito que começaram no final de 2022. Foram três reduções no ano passado e uma outra em julho.

O PBoC sinalizou que continuará com as medidas de flexibilização. Pan disse que cortará a taxa de recompra reversa de sete dias em 20 pontos-base. A taxa preferencial de empréstimo, que será anunciada na segunda-feira, 21, também deve cair de 20 a 25 pontos-base, segundo a mídia local.

As vendas de novas mora-

dias na China em valor sofreram queda de 24% entre janeiro e setembro ante igual período do ano passado, segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas (NBS). O resultado, porém, indica uma leve melhora no mercado imobiliário chinês em relação ao recuo de 25% nas vendas observado entre janeiro e agosto.

As construções iniciadas - considerando-se tanto residências quanto propriedades comerciais - registraram declínio

anual de 22,2% nos primeiros nove meses do ano, ante recuo de 22,5% de janeiro a agosto.

Os investimentos no desenvolvimento de projetos imobiliários, por sua vez, tiveram contração anual de 10,1% entre janeiro e setembro, bem semelhante à redução de 10,2% verificada nos oito primeiros meses do ano.

O preço médio de novas moradias nas 70 maiores cidades da China registrou baixa de 0,71% em setembro ante agosto, segundo cálculos do

Wall Street Journal baseados em dados divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas (NBS). Em agosto ante julho, o preço havia caído em ritmo um pouco maior, de 0,73%. Na comparação anual, o preço médio de novas moradias chinesas diminuiu 6,1% em setembro, após retração de 5,7% no mês anterior, também de acordo com cálculos do WSJ. Das 70 cidades, 68 registraram declínios de preços na base anual, assim como em agosto.

CORTE DE JUROS



Muller aprova o corte de juros

Expansão na zona do euro deve ser mais modesta

O dirigente do Banco Central Europeu (BCE) e presidente do BC da Estônia, Madis Muller, disse que o crescimento econômico na zona do euro será "muito mais modesto" do que o esperado há um ou dois meses. Em análise publicada no blog do BC do país, o dirigente projetou que a inflação deve ficar em torno da meta de 2%, sem mencionar em qual período.

Muller ainda afirmou que não se pode dizer que as perspectivas econômicas de curto prazo na Europa tenham mudado drasticamente, mas pontuou que a decisão de corte de juros em 25 pontos-base dá "mais oxigênio à economia na Estônia".

O dirigente do BCE e presidente do BC da França, François Villeroy de Galhau disse que o risco de a inflação na zona do euro ficar abaixo da meta do Banco Central Europeu (BCE) é agora tão grande quanto o de excedê-la.

Na quinta-feira, 17, o BCE cortou seus juros pela terceira vez este ano, em decisão que marcou a primeira redução consecutiva das taxas desde 2011, em um momento em que a perspectiva econômica se enfraquece.

Em comunicado nesta sexta-feira, 18, Villeroy de Galhau sinalizou que esse não será o último corte de juros. "O risco de ficarmos abaixo de nossa meta é o mesmo de ultrapassá-la", disse "Devemos continuar reduzindo o grau de restrição de nossa política monetária conforme for apropriado."

Villeroy disse também que a inflação na zona do euro deverá alcançar a meta de 2% do BCE de forma sustentável "mais cedo do que se esperava em 2025", em um momento em que não há sinal claro de aceleração do crescimento econômico.

"A persistente moderação do investimento e do consumo privados, em particular com o recente avanço das taxas de poupança das famílias, justifica essa nova queda das taxas de juro", afirmou.

O BCE cortou a taxa de depósito em três ocasiões desde junho, com reduções de 25 pontos-base por vez, mas Villeroy de Galhau sugeriu que cortes mais agressivos são possíveis.

"O ritmo (de cortes dos juros) deve ser de ágil pragmatismo: em um ambiente internacional de fortes incertezas, deixamos todas as opções em aberto para nossas próximas reuniões", disse.

A taxa de inflação ao consumidor da zona do euro deverá desacelerar para 2,4% em 2024, segundo pesquisa trimestral de projeções profissionais divulgada pelo Banco Central Europeu (BCE) nesta sexta-feira, 18. A estimativa, porém, não mudou em relação à do levantamento anterior, publicado em julho.

A projeção para a inflação de 2025 caiu levemente, de 2% para 1,9%. No caso de 2026, a previsão ficou inalterada em 1,9%.

No fim de 2023, a inflação anual da zona do euro estava em 2,9%, bem acima da meta oficial do BCE, de taxa de 2%. Em setembro, a taxa havia desacelerado para 1,7%, ficando abaixo da meta do BCE pela primeira vez desde meados de 2021.

ATAQUE

Israel garante que ação contra Irã acontecerá logo

A Casa Branca disse ser cedo para saber como o Hamas responderá ao assassinato do líder e que Biden acredita que agora existe uma oportunidade de chegar a um acordo

Oficiais israelenses afirmam que o ataque de Israel contra o Irã deve acontecer em breve, segundo informações da Sky News Arabia. De acordo com o canal, depois da morte do líder do Hamas, Yahya Sinwar, que foi confirmada pelo próprio grupo, o Hezbollah disse querer intensificar a guerra.

A Associated Press afirma que o grupo libanês mencionou que o conflito está entrando em "uma nova fase", enquanto a região lida com a morte do principal líder do Hamas. Em declaração, o oficial sênior do Hamas Khalil Al-Hayya diz que o assassinato de Sinwar "continuará a alimentar luta e firmeza".

Segundo o jornal israelense Israel Hayom o corpo de Sinwar pode ser usado como "uma moeda de troca". O veículo informa que o corpo foi transferido para um "local secreto" após a autópsia.

A Sky News Arabia ainda pontua que a Casa Branca disse ser "muito cedo" para saber como o Hamas responderá ao assassinato do líder e que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden acredita que agora existe uma oportunidade única de chegar a um acordo de cessar-fogo.

A vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, afirmou em declaração enviada à imprensa que a morte de Sinwar mostra um "claro progresso em direção ao objetivo", que é o fim do conflito. "O Hamas está dizimado, e sua liderança foi eliminada. Este momento nos dá uma oportunidade de finalmente acabar com a guerra em Gaza", disse.



O oficial sênior do Hamas Khalil Al-Hayya disse que o assassinato do líder do Hamas, Yahya Sinwar, "continuará a alimentar a luta e a firmeza"

O grupo terrorista Hamas confirmou nesta sexta-feira, 18, que o seu líder Yahya Sinwar, foi morto por Israel na Faixa de Gaza. E sinalizou que a guerra continua, reiterando que os reféns sequestrados no atentado de 7 de outubro só serão libertos quando as tropas israelenses se retirarem do enclave palestino.

Khalil al Hayya, liderança do Hamas que vive no Catar, saudou o mentor do ataque terrorista como um "mártir". Em comunicado por vídeo, ele declarou que a morte de Sinwar for-

talece o grupo e que Israel e se arrenderá.

"Choramos a morte do grande líder, o irmão mártir Yahya Sinwar", disse no primeiro pronunciamento oficial do Hamas, desde que as forças israelenses anunciaram, na quinta-feira, ter eliminado o líder terrorista em confrontos na Faixa de Gaza.

"(Sinwar) ascendeu como um mártir heroico, avançando e não recuando, brandindo sua arma, engajando-se e confrontando o exército de ocupação na vanguarda das fileiras", acrescentou.

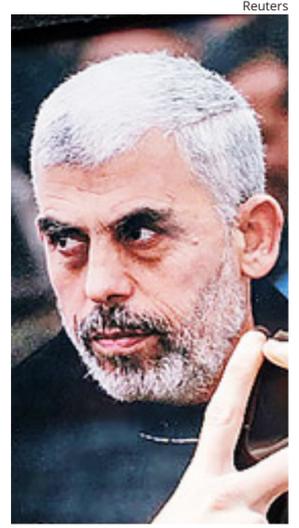
Yahya Sinwar era considerado o idealizador do ataque sem precedentes de 7 de outubro de 2023, que desencadeou a guerra no enclave palestino. Nesse dia, os terroristas mataram 1,2 mil pessoas e sequestraram mais 250.

O Hamas reiterou que não libertará os reféns em seu poder até que Israel encerre a ofensiva em Gaza, retire suas tropas do enclave e solte os palestinos presos.

A morte de Sinwar, no que parece ter sido um encontro casual na linha de frente com

as tropas israelenses na quarta-feira, 16, pode mudar a dinâmica da guerra de Gaza, mesmo com Israel pressionando sua ofensiva contra o Hezbollah com tropas terrestres no sul do Líbano e ataques aéreos em outras áreas do país. O Hezbollah tem disparado foguetes contra Israel quase todos os dias desde o início da guerra entre Israel e o Hamas.

Tanto o Hamas quanto o Hezbollah são apoiados pelo Irã, que saudou Sinwar como um mártir que pode inspirar outros a desafiar Israel.



Yahya aparece antes de morrer

Israel divulga vídeo com Yahya antes de ser morto em Gaza

O exército israelense divulgou na noite desta quinta-feira, 17, um vídeo com imagens gravadas por um drone, onde um homem, que as Forças de Defesa de Israel (FDI) identificaram como o líder do Hamas Yahya Sinwar, aparece no que Israel descreveu como "momentos antes de sua eliminação".

No vídeo, é possível ver o drone entrando no segundo andar de um prédio destruído após um bombardeio. Um homem, aparentemente coberto de poeira e com um pano ao redor do rosto, possivelmente para esconder sua identidade, aparece sentado em uma poltrona em uma sala coberta de destroços. Ele observa o drone por alguns segundos antes de atirar um pedaço de madeira contra o dispositivo.

A identidade do homem que aparece nas imagens não pôde ser verificada de forma independente por agências de notícias internacionais, mas a sala vista no vídeo do drone corresponde à localização de fotografias anteriores obtidas pelo The New York Times mostrando o cadáver de Sinwar. Também nas fotos, segundo o NYT, o cadáver está usando um lenço semelhante ao usado pelo homem no vídeo.

A morte de Sinwar foi anunciada nesta quinta-feira por Israel. Ele morreu em um ataque em Rafah, no sul de Gaza. Com 61 anos e chefe desde 2017 do grupo terrorista em Gaza, Sinwar era apontado como um dos principais mentores do ataque do Hamas a Israel em outubro do ano passado.

Sinwar, que era um dos homens mais procurados por Israel, foi encontrado sem querer em uma patrulha de rotina para uma unidade de soldados israelenses no sul da Faixa de Gaza. Durante a patrulha, um tiroteio irrompeu e os israelenses, apoiados por drones, destruíram parte de um prédio onde vários terroristas estavam abrigados.

Quando a poeira baixou e eles começaram a vasculhar o prédio, os soldados encontraram um corpo muito semelhante ao de Yahya Sinwar. As autoridades israelenses disseram que confirmaram sua morte na quinta-feira, usando registros dentários e impressões digitais. Seu DNA também foi testado para confirmação, de acordo com uma autoridade israelense e a Casa Branca.

Sinwar foi preso por Israel do final dos anos 1980 até 2011, e durante esse tempo ele passou por tratamento para câncer no cérebro - deixando as autoridades israelenses com extensos registros médicos.

Além disso, parte do DNA de Sinwar já havia sido encontrada em túneis do Hamas perto de onde as tropas encontraram os corpos de seis reféns no final de agosto, disse Daniel Hagari, porta-voz do exército israelense. Os militares acreditam que semanas de buscas na área levaram Sinwar a sair do esconderijo, disse ele.

Durante a noite, a polícia informou que o corpo de Sinwar havia chegado a um necrotério de Tel Aviv para "exames complementares".

ESTABILIDADE

ONU promete cumprir mandato no Líbano



Bombardeios continuam no Líbano: a ONU defendeu que é preciso estar no local e tentar trazer de volta a estabilidade e a paz para a região

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano, Unifil, revelou nesta sexta-feira que em meio dos bombardeios pesados registrados diariamente está determinada a cumprir o mandato do Conselho de Segurança e ajudar os civis "sempre que possível".

O porta-voz da Força Interina das Nações Unidas, Unifil, disse a jornalistas, falando de Beirute, que mesmo com demandas das Forças de Defesa de Israel para uma movimentação das posições próximas à Linha Azul, "uma decisão unânime foi tomada por todos os países contribuintes de tropas da Unifil e pelo Conselho de Segurança da ONU".

Andrea Tenenti explicou que com base nessa resolução "os pacificadores permanecem destacados em todas as suas posições ao longo da Linha Azul", limite patrulhado pelas Nações Unidas

que separa o sul do Líbano e Israel.

O representante defendeu que é preciso estar no local e tentar trazer de volta a estabilidade e a paz para a região.

Tenenti mencionou ainda relatos diários de "centenas de movimentações e às vezes mais" que "obrigam as forças de manutenção da paz a passar longas horas em abrigos para garantir sua segurança, que é a principal prioridade".

Nos últimos dias ocorreram vários incidentes envolvendo os militares israelenses que feriram soldados da paz, além de danos a câmeras de vigilância e muros de perímetro em "clara" violação da resolução do Conselho de Segurança da ONU.

A Resolução 1701 determinou que a Unifil monitorasse o fim de confrontos, após a guerra de 2006 entre Israel

e o Hezbollah. O mandato prevê a confirmação da retirada das forças israelenses do sul do Líbano e o auxílio ao governo libanês para restaurar sua autoridade na área. A força conta com mais de 10 mil integrantes.

Na quarta-feira o secretário-geral da ONU, António Guterres, expressou forte apoio ao pessoal da Unifil pela contínua atuação em meio ao aumento de tensões e ataques israelenses.

Em mensagem de vídeo, o líder das Nações Unidas destacou a coragem do pessoal da Unifil destacando a "grande admiração e gratidão aos homens e mulheres" da operação de paz.

António Guterres enfatizou ainda a importância desse serviço não apenas ao longo da Linha Azul do Líbano, mas também "na linha de frente da paz". O líder da ONU apontou a importância da segurança deste pessoal como

"grande prioridade".

Guterres exortou todas as partes a respeitarem a inviolabilidade das instalações da ONU afirmando que ataques contra as forças de paz da ONU "são completamente inaceitáveis por violarem o direito internacional, o direito internacional humanitário e poderem ser considerados um crime de guerra".

O secretário-geral também advertiu sobre a urgência de um cessar-fogo e da implementação total da resolução 1701 da ONU, na mensagem que elogia os esforços da Unifil para defender o direito internacional.

Estima-se que desde o final de setembro a escalada de ataques israelenses no Líbano tenha causado mais de 1,5 mil mortes e 4,5 mil feridos. O número de deslocados supera 1,34 milhão.

MELHORA NA RENDA

Trabalho infantil recua, mas ainda afeta 1,6 milhão no país

O Nordeste concentrava em 2023 o maior contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 506 mil

O Brasil tinha 1,852 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos fazendo algum tipo de trabalho em 2023, sendo 1,607 milhão deles em situação de trabalho infantil que deveria ser erradicado. Mais de 500 mil pequenos cidadãos exerciam alguma atividade econômica sob condições de risco à sua integridade física e saúde.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua): Trabalho de Crianças e Adolescentes 2023, e foram divulgados nesta sexta-feira, 18, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostrou um retorno, em 2023, à trajetória de redução do trabalho infantil, que deveria ser eliminado em todas as suas formas até o ano de 2025, segundo meta prevista nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Após três anos seguidos de quedas na série histórica da pesquisa, o contingente de crianças e adolescentes no trabalho infantil subiu de 1,758 milhão em 2019, quando totalizava 4,5% da população de 5 a 17 anos de idade, para 1,881 milhão em 2022, o equivalente a uma fatia de 4,9% da população dessa faixa etária, 123 mil a mais nessa situação. O resultado equivale a um aumento de 7%. Em 2023, houve recuo de 14,6% no contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 274 mil a menos, para o patamar de 1,607 milhão de afetados, o menor valor da série histórica iniciada em 2016.

"Foi um ano bastante favorável no mercado de trabalho. A renda das famílias e dos domicílios teve um ganho importante, a renda domiciliar per capita", lembrou Gustavo Geaquinto Fontes, analista da pesquisa do IBGE.

Houve melhora também na renda proveniente de benefícios sociais, como o Bolsa Família, completou Fontes.

"O aumento desses benefi-



Menino vende comida na praia no Rio: o trabalho infantil somava 346 mil crianças de 5 a 13 anos no ano passado

cios pode ter contribuído. Poder ter efeito também de políticas públicas, dessa meta de eliminação do trabalho infantil", acrescentou o pesquisador.

O analista frisa que nem todo trabalho de crianças e adolescentes é considerado trabalho infantil (que deve ser erradicado). Os critérios considerados pelo IBGE no levantamento incluem o fato de a legislação brasileira proibir qualquer forma de trabalho até os 13 anos de idade.

Nas faixas etárias mais avançadas, há regras sobre existência de vínculo empregatício formal, limite de jornada semanal e obrigatoriedade de frequência escolar, por exemplo. De 14 a 15 anos, o trabalho é permitido na forma de aprendiz. De 16 a 17 anos, há restrições ao trabalho noturno, insalubre e perigoso. O trabalho para autoconsumo também caracteriza uma situação de trabalho infantil, por exemplo, se o adolescente estiver em jornada exaustiva.

O Nordeste concentrava o maior contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil, 506 mil.

A região Norte tinha a maior proporção da população dessa faixa etária em situação de tra-

balho infantil, 6,9%, enquanto o Sudeste tinha o menor percentual, 3,3%.

No ano de 2023, o trabalho infantil - exercido tanto em atividade econômica quanto para autoconsumo da família - somava 346 mil crianças de 5 a 13 anos, 366 mil adolescentes de 14 e 15 anos, e 895 mil adolescentes de 16 e 17 anos. Entre os 1,607 milhão que estavam em trabalho infantil, um total de 1,182 milhão realizava atividade econômica (128 mil delas crianças até 13 anos) e 425 mil atuavam apenas para autoconsumo (218 mil crianças inclusas).

Na população em situação de trabalho infantil, 63,0% das crianças de 5 a 13 anos realizavam apenas produção para o próprio consumo. Na faixa de 14 e 15 anos, 70,0% realizavam atividades econômicas, percentual que subia a 89,2% no grupo de 16 e 17 anos.

Em 2023, uma em cada cinco (20,6%) crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil trabalhavam 40 horas ou mais por semana.

Segundo o IBGE, essa jornada laboral está afastando essas crianças da escola. Enquanto 97,5% da população de 5 a 17 anos de idade eram

estudantes, entre os trabalhadores infantis esta taxa descia a 88,4%.

Quase dois terços (65,2%) das crianças e adolescentes em trabalho infantil eram pretas ou pardas, superando a participação deste grupo de cor ou raça na população brasileira de 5 a 17 anos de idade (59,3%).

A atividade econômica que mais absorvia crianças e adolescentes era o comércio, cooperando 26,7% dos trabalhadores dessa faixa etária, seguida pela agricultura (21,6%).

Em 2023, havia 586 mil pessoas de 5 a 17 anos de idade em ocupações consideradas como piores formas de trabalho infantil, ou seja, que envolviam risco de acidentes ou eram prejudiciais à saúde. O resultado representa uma queda de 22% em relação a 2022, descendo assim ao menor contingente de crianças e adolescentes nessa situação em toda a série histórica, iniciada em 2016.

Esse grupo representava 41,1% da faixa etária atuando em atividades econômicas (1,182 milhão de pessoas). Entre as crianças de 5 a 13 anos trabalhando em alguma atividade econômica, 65,7% atuavam sob risco.

BUSCA ABUSIVA

STF proíbe revista íntima vexatória em presídios



Moraes concordou que há um grande número de casos de revistas vexatórias

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, nesta sexta-feira (17), maioria de votos para proibir revistas íntimas vexatórias nos presídios para evitar a entrada de drogas, armas e celulares.

Apesar do placar de 6 votos a 5, o julgamento foi suspenso por um pedido de destaque feito pelo ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, o julgamento virtual sobre o caso será retomado no plenário físico da Corte. A data ainda será definida.

O julgamento começou em 2016 e já foi suspenso outras vezes por diversos pedidos de vista.

O caso voltou à tona com o voto do ministro Cristiano Zanin, que também interrompeu o julgamento em maio deste ano com um pedido de mais tempo para analisar o processo.

No voto proferido, Zanin acompanhou o relator, ministro Edson Fachin, para vedar as revistas vexatórias. Em seguida, a análise do caso foi suspensa novamente.

A Corte julga um recurso do Ministério Público para reverter a absolvição de uma mulher flagrada tentando entrar em um presídio de Porto Alegre com 96 gramas de maconha, que estavam enrolados em um preservativo e acondicionados na vagina.

Na primeira instância, ela foi condenada, mas a Defensoria Pública recorreu ao Tribu-

nal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que a absolveu, por entender que o procedimento de revista íntima foi ilegal.

Em 2020, o relator do caso, ministro Edson Fachin, votou pela ilegalidade da busca íntima. Fachin entendeu que os funcionários das penitenciárias não podem fazer busca abusiva no corpo de amigos e parentes que vão visitar os presos por tratar-se de violação da intimidade.

O ministro sugeriu a adoção de procedimentos menos invasivos, como uso de scanners corporais, raquetes de raio-x ou revista corporal superficial, evitando que os visitantes sejam obrigados a retirar a roupa ou terem suas partes íntimas inspecionadas.

O entendimento foi seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Rosa Weber (atualmente aposentada).

Em seguida, Alexandre de Moraes abriu divergência e votou a favor da revista. Moraes concordou que há um grande número de casos de revistas íntimas vexatórias. No entanto, o ministro entendeu que a revista íntima não pode ser sempre definida como degradante, de forma automática e sem análise caso a caso, sob pena de colocar em risco a segurança dos presídios.

O voto foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça.

ELEIÇÕES

Valdemar diz que Bolsonaro será candidato em 2026

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, publicou um vídeo em uma rede social na madrugada desta sexta-feira, 18, afirmando que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está inelegível até 2030, será candidato à Presidência em 2026. A postagem ocorre sete dias após o dirigente partidário citar outros possíveis nomes para representar a direita no pleito e ser rebatido pelo ex-presidente.

"Bolsonaro é o representante da direita no mundo. O que acontece é que, como está inelegível, está por enquanto inelegível, acham que Bolsonaro não vai ser candidato, mas Bolsonaro será candidato", disse Valdemar Costa Neto na publicação no Instagram.

Na legenda do post, Valdemar elogiou o ex-presidente e disse que ele ficará apto a concorrer até o pleito. "Jair Bolsonaro é o maior líder da direita não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Ele é um fenômeno por onde vai."

Em 11 de outubro, Valdemar afirmou em entrevista à GloboNews que o primeiro da fila para a corrida presidencial é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). O presidente do PL também disse considerar uma candidatura do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho "03" do ex-presidente.

Durante a entrevista, o dirigente da sigla mencionou que acreditava que Bolsonaro ficaria elegível antes da próxima eleição

por causa de um projeto em tramitação no Congresso Nacional que pode anistiar o correligionário. A proposta prevê perdão para os condenados em investigações relacionadas a tentativa de golpe de Estado no 8 de Janeiro. Bolsonaro é investigado como um dos mentores dos atos antidemocráticos em um inquérito relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Cinco dias depois da declaração de Valdemar, Bolsonaro afirmou ao portal bolsonarista Auri Verde Brasil que é o candidato da direita para 2026. O ex-presidente disse não ser nada no partido e agradeceu ao presidente da legenda, mas disse que, se sua inelegibilidade não for anulada, ele se retirará da vida política.

Bolsonaro está inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o considerou culpado de usar indevidamente o cargo e a estrutura administrativa da Presidência da República para promover sua campanha eleitoral durante uma reunião com embaixadores estrangeiros no Palácio do Alvorada, em julho de 2022. O evento, transmitido ao vivo nas redes sociais oficiais e na TV Brasil, foi avaliado como uma forma de Bolsonaro inflamar seus apoiadores contra a Justiça Eleitoral, configurando abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Ele também foi condenado por uso eleitoral das comemorações do Dia da Independência no mesmo ano.

RESPOSTAS

Boulos promove debate aberto, após Nunes faltar as sabatinas

Com o cancelamento do debate no SBT devido à ausência de Ricardo Nunes (MDB), o candidato Guilherme Boulos (PSOL) realizou nesta sexta-feira, 18, o que chamou de "debate aberto à população", em protesto contra a ausência do atual prefeito nos confrontos organizados pela imprensa. Até o momento, Nunes já faltou a três eventos do gênero.

"Quero lembrar a todos que estão aqui hoje (sexta) o motivo de estarmos reunidos. Neste momento, deveria estar acontecendo o debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo no SBT. Mas o nosso adversário fugiu do debate", declarou Boulos. "São Paulo é muito importante para ficar sem debate", acrescentou o candidato do PSOL.

O encontro ocorreu em frente ao Theatro Municipal, a poucos metros do Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura, e seguiu formato semelhante ao de um debate televisivo. O

evento foi dividido em três blocos: um para perguntas da população, outro para perguntas de especialistas e um para as considerações finais. A estrutura também incluiu arquibancada, palco e três púlpitos: um para Boulos, um para "o povo de São Paulo" e outro simbolicamente reservado para Nunes.

A assessoria de Boulos, no entanto, não confirmou se o atual prefeito foi formalmente convidado para o evento. O candidato do PSOL já havia declarado que, se algum debate fosse cancelado pela ausência de Nunes, ele convocaria sua militância para promover debates nas ruas e praças da cidade.

Embora tenha seguido o formato de um debate tradicional, o evento promovido pelo candidato do PSOL não teve regras de controle rígidas, como limitação de tempo para as respostas, e Boulos não foi confrontado pelos entrevistadores. Algumas pessoas que fizeram perguntas o chamaram de "compa-

nheiro", "professor" ou mencionaram que o conheciam desde a época da escola.

No evento, o deputado federal respondeu a perguntas de dez cidadãos e de um especialista, o sociólogo Benedito Mariano, que colaborou na elaboração de seu programa de governo. Em vez de trazer contradições, a pergunta de Mariano serviu de apoio para que Boulos reforçasse suas propostas para a segurança urbana, como a de dobrar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana.

Além disso, Boulos reforçou seu discurso de "candidato da mudança", em nova sinalização ao eleitorado de Pablo Marçal (PRTB), o terceiro colocado no primeiro turno. "Quem acha que a cidade deve ficar como está? Quem acha que o prefeito fez tudo certo no apagão? Quem acha que a saúde de São Paulo está maravilhosa, que encontra remédio e médico? Concorde com o nosso adversário. Quem sabe que a cidade de São

Paulo pode e merece mais? Vem comigo", disse.

A campanha de Boulos avalia que a adesão a Marçal foi motivada mais por um voto de protesto de eleitores insatisfeitos com a política tradicional, representada por figuras como Nunes, do que por razões ideológicas. Assim, a estratégia do psolista é atrair esse segmento, reforçando sua imagem como uma alternativa de mudança e tentando conquistar parte dos votos que, até o momento, estão majoritariamente com o emedebista.

Ao final do ato, Boulos repetiu que seu adversário "não tem pulso firme" para lidar com os problemas de São Paulo, classificando a candidatura de Nunes como "laranja" e sugerindo que, caso reeleito, o atual prefeito cederá aos interesses dos partidos que formam sua coligação. Além disso, voltou a desafiar o emedebista a quebrar o sigilo bancário, insinuando possíveis irregularidades.

DESCARBONIZAÇÃO

Petrobras realiza venda de diesel renovável para Vale

O acordo prevê a ação conjunta das empresas para avaliação de oportunidades de negócios em baixo carbono, incluindo diesel coprocessado com conteúdo renovável

A Petrobras e a Vale assinaram nesta sexta-feira, 18, um acordo para fornecimento de produtos com foco na competitividade e no avanço da pauta de descarbonização. O acordo inclui o uso do Diesel R em veículos da mineradora, como locomotivas e caminhões fora de estrada. Esta foi a primeira venda direta feita pela Petrobras a um consumidor, informou a estatal.

A assinatura teve as presenças da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e do presidente da Vale, Gustavo Pimenta. "O acordo prevê a ação conjunta das empresas para avaliação de oportunidades de negócios em baixo carbono, incluindo, entre outros, diesel coprocessado com conteúdo renovável, gás natural e bunker com 24% de conteúdo renovável", informou a Petrobras. A parceria já havia sido antecipada por Magda na segunda-feira, 14, durante café da manhã com jornalistas.

Fornecido pela Petrobras, o Diesel R, está abastecendo uma locomotiva, que percorre o trajeto da estrada de ferro do Espírito Santo a Minas Gerais; além de um caminhão fora de estrada com capacidade para 214 toneladas, que opera na mina Fábrica Nova, no Com-

plexo Mariana (MG).

"Estamos desenvolvendo combustíveis cada vez mais verdes e honrando nosso compromisso de descarbonização das nossas atividades. A parceria com a Vale é mais uma concretização do objetivo da Petrobras de aperfeiçoar a capacidade produtiva e a estrutura logística da empresa, para entregar ao mercado produtos mais verdes, como o Diesel R, e reforçar nossa estratégia de descarbonização", afirmou em nota a presidente da Petrobras.

Produzido pela companhia a partir do coprocessamento de derivados de petróleo com matérias-primas de origem vegetal, o diesel B R5, além do seu conteúdo renovável, conta ainda com a mistura obrigatória de 14% de biodiesel, entregando ao cliente um combustível com 18,3% de conteúdo sustentável, informou a estatal.

"O acordo reforça o compromisso da Vale de promover a descarbonização das suas operações e de oferecer soluções para reduzir as emissões de seus clientes, aproveitando, assim, o diferencial competitivo do Brasil em combustíveis renováveis", disse o presidente da Vale, Gustavo Pimenta.

A Petrobras é pioneira no desenvolvimento de diesel com conteúdo renovável. O Diesel R



O diesel B R5, além do seu conteúdo renovável, conta ainda com a mistura obrigatória de 14% de biodiesel

é um diesel S10 que possui percentual de HVO (óleo vegetal hidrotratado, na sigla em inglês) em sua composição. A parcela renovável é quimicamente idêntica ao óleo diesel mineral, mas obtida a partir do hidrotratamento de matéria-prima renovável (óleos vegetais). Trata-se de produto patenteado pela Petrobras que, até o momento, conta com 5% de renováveis, patamar que pode ser elevado.

A Vale anunciou também o

primeiro grupo preparado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em todo o país com grade curricular voltada para atuação em operações autônomas e teleoperadas.

O total de 20 adolescentes de Parauapebas iniciaram os estudos com duração de até 2 anos. A iniciativa da formação partiu da Vale, por meio do Programa Jovens Aprendizes.

Coordenadora de Projetos de Tecnologia Industrial da Vale

em Carajás, Cecília de Carvalho explica que o objetivo é favorecer a região com a formação de profissionais qualificados para as demandas e exigências do mercado de trabalho. "Por meio dessa parceria, como parte do objetivo comum de desenvolver e contratar na região, definimos em conjunto com especialistas do Senai e da Vale, uma trilha de aprendizado diferenciada, que vai garantir a formação de jovens locais em uma profissão impor-

tante no mercado de hoje e do futuro", destaca Cecília.

"Essa formação será o marco inicial para formar profissionais em uma área carente desta mão de obra que antes não existia capacitação local. Será uma turma pioneira no Brasil ministrada pelo Senai", destaca o diretor do SENAI Parauapebas, Carlos Felipe Francês. "A automação é um caminho sem volta, é o futuro para desenvolver os meios de produção. Alavancar o futuro passa pela automação e com ela, se criam novas formas de trabalho", complementa o diretor.

Nascido em Parauapebas, Marcelo Augusto da Silva Souza, 19 anos, está empolgado em integrar a primeira turma do curso no município. "Serei um dos pioneiros, um dos primeiros do Brasil, estou muito animado, com expectativa alta, ainda muito maior por ser na área de tecnologia, que está presente em tudo. Com certeza, estou numa profissão de hoje e do futuro", declarou Marcelo animado.

Entre as novas formas de trabalho com as tecnologias autônomas, estão as profissões de Pit Patroller, projetista de pista de rolamento para a frota de caminhões fora de estrada autônomos, técnico de sistema autônomo e controlador de tráfego digital. Por meio do programa, os jovens farão o curso de aprendizagem industrial de auxiliar de processo de mineração, 40% de formação teórica no Senai e 60% de aula prática na operação da Vale. A duração total é de 1.800 horas, com conteúdo abordando mineração e automação industrial e a formação transversal com aulas sobre segurança no trabalho, cidadania e outras.

Fernando Alvarenga, engenheiro especialista Vale que atua na área de automação há 10 anos, participou da construção da matriz curricular desta formação.

SEGUROS

Fenacor: Presidente da Allianz Seguros fala sobre futuro do setor

Eduard Folch, presidente da Allianz Seguros, foi um dos convidados do painel "O Futuro da Distribuição de Seguros no Brasil", promovido no último sábado (12) durante o 23º Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros, da Fenacor. Mediada por Armando Vergilio, presidente da Federação, a apresentação trouxe um panorama das diferentes formas de venda de seguros pelo mundo, além de abordar os impactos das mudanças de comportamento do consumidor, pautadas principalmente pelos avanços tecnológicos. Outro ponto em discussão foi sobre como o setor lidará com a geração futura, que é nativamente digital.

Durante a conversa, Eduard lembrou que, no Brasil, a distribuição de seguros é predominantemente intermediada por corretores. Em contrapartida, a comercialização dessas soluções em mercados internacionais é mais diversificada e varia conforme o tipo de produto e região, sendo realizada por meio de corretores, agentes vinculados a seguradoras específicas, bancos e até mesmo por venda direta. "No entanto, em todos eles há um ponto em comum: a conexão pessoal continua sendo um elemento central nas vendas e na avaliação de risco, destacando a importância dos intermediários", afirmou.

Com o comportamento do consumidor passando por profundas transformações e redefinindo os padrões de consumo em todos os mercados, Eduard reforçou a necessidade de as seguradoras investirem, cada vez mais, na experiência do cliente, oferecendo não só ferramentas

tecnológicas e produtos sustentáveis, mas possibilitando que acionem a companhia pelo meio que mais se adequa a sua necessidade. "Hoje, contamos com diversos canais de atendimento, como plataformas de autoatendimento, redes sociais, chats, além dos contatos telefônicos, para resolver demandas com máxima celeridade e menor esforço. Também temos o WhatsApp, que é utilizado por mais de 2 bilhões de pessoas no mundo", disse, reforçando que, em breve, haverá uma geração inteira de consumidores conhecidos como nativos digitais. "64% das pessoas abaixo dos 30 anos se informam pelo TikTok. São indivíduos que não conheceram um mundo sem computadores, tablets e celulares, e que valorizam profundamente o propósito, seja de uma empresa, produto ou marca."

Na avaliação do presidente da Allianz, essa nova geração deve optar pela flexibilidade, fortalecendo a abordagem omnichannel, além de dar preferência a produtos simples e mais individualizados. "No futuro, a questão não será apenas como vender, mas também o que vender", frisou, acrescentando que o mercado segurador sempre foi resiliente e adaptável tanto em termos de produtos quanto em distribuição e relacionamento com o consumidor. "Como um empreendedor nato, o corretor tem se adaptado continuamente e continuará a fazê-lo. A distribuição precisará acompanhar a mesma direção dessas novas gerações. Teremos que considerar os parâmetros da sociedade futura."



João Arthur Baeta Neves, CEO da Segbox falou sobre a reunião de participantes para o evento

Mercado de Seguros em contagem regressiva para o INSUMMIT 24

Idealizado pela Segbox, uma das principais agências do país de inovação digital para o mercado de seguros, acontece nos próximos dias 23 e 24 de outubro o INSUMMIT 24 – Insurance Innovation Summit, evento online com mais de 40 palestras sobre temas como Transformação Digital, Produtividade, Marketing Digital, Comunicação, Experiência do Cliente, Diversidade, Crescimento, Inovação e Bem-Estar.

Entre os palestrantes estão Carlos Alberto Barros e Alex Frederico Dias, da Darwin Seguros; Rafael Cló e Bernardo Ribeiro, da Azos; Eduardo Grillo, da Suhai Seguradora; Emir Zanatto, da TEx; Marcos Kobayashi e Dennis Milan, da Tokio Marine Seguradora; Karine Brandão, Bruno Porte e Arthur Mitke, da AXA no Brasil; Solange Zaquem e Fernando Morad, da SulAmérica; Lyssia Chieppe, da Maxpar; Priscila Figueiredo, da Escola de Negócios e Seguros (ENS); Taylane Thomaz, da Segbox; Marcos Roque Villa, da Segfy; Rogerio Her-

zog e Rafael Boldo, da Porto; Marcio Batisuti e Waldemir Fiorio Jr., da MAG, entre muitos outros especialistas de renome.

"Reunimos um time de craques para proporcionar aos participantes um conhecimento de alto nível, com mais de 40 horas ininterruptas de conteúdo. Nosso objetivo é capacitar os corretores de seguros, atualizando sobre tendências do mercado e em como utilizar as novas ferramentas tecnológicas, aumentando a sua eficiência e competitividade, aprimorando o atendimento ao seu cliente. O INSUMMIT 24 é um espaço para fomentar o avanço tecnológico e estratégico no setor de seguros. Nossa expectativa é que até a semana que vem juntem-se a nós mais 6 mil participantes", declara João Arthur Baeta Neves, CEO da Segbox.

Para saber da programação completa e garantir a sua vaga no evento, acesse o site: <https://insummit.segbox.com/>. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas.

Capitalização: R\$ 40 bilhões em reservas técnicas

A Capitalização, segmento que completa 95 anos de operação no Brasil, alcançou um marco: superou R\$ 40 bilhões em reservas técnicas, reforçando seu papel essencial na economia brasileira.

O valor foi divulgado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e mostra como o setor está se consolidando como um importante gerador de disciplina financeira e estímulo à economia, por meio de resgates e sorteios.

Durante encontro com jornalistas especializados, Denis Moraes, presidente da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), revelou expectativas promissoras para o setor. Segundo o estudo "Estimativa de Potencial de Mercado", a arrecadação pode atingir R\$ 91 bilhões em 2028 — três vezes o volume atual. O estudo, que considera o Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador (PDMS) e novas legislações que permitem o uso de Títulos de Capitalização como garantia em obras públicas e licitações, também prevê que os resgates cheguem a R\$ 69 bilhões e os sorteios a R\$ 5,8 bilhões nesse mesmo ano.

As reservas técnicas, por sua vez, podem crescer para R\$ 111,4 bilhões, segundo a FenaCap, consolidando a versatilidade e inovação do setor.

Nos primeiros sete meses de 2024, o setor de Capitalização arrecadou R\$ 17,89 bilhões, um aumento de 5,8% em comparação ao mesmo período de 2023.

FALTA DE ENERGIA

Presidente da Enel diz que indenização a moradores será tratada caso a caso

O presidente da Enel, concessionária de energia elétrica, Guilherme Lencastre, afirma que a indenização aos moradores da cidade de São Paulo e região metropolitana que ficaram sem energia durante dias será tratada "caso a caso". A declaração foi feita na manhã desta sexta-feira, 18, em entrevista à GloboNews.

"Nós também estamos acelerando o processo de indenização com relação aos danos elétricos. A gente vai analisar caso a caso, depois, em relação a outras situações", disse ele.

Lencastre pediu ainda que os clientes façam a solicitação por meio dos canais de comunicação da Enel. "Façam o requerimento, e aí a gente vai tratar caso a caso. A gente precisa identificar o cliente, saber o que aconteceu e fazer a análise", acrescentou ele, sem dar prazo para essa indenização ser realizada.

"Primeiro, foco nos clientes que viveram essa situação recente. A gente está vivendo uma situação de normalidade agora, mas a gente também está muito preocupado com a chuva que vem pela frente. Essas são as principais prioridades nesse momento.

Quando a gente sair dessa prioridade, a próxima vai ser em relação a esse assunto (de indenização)", afirmou ele.

A Enel afirma que manterá o efetivo de profissionais reforçado como medida de prevenção para a nova tempestade. A Defesa Civil Estadual prevê ventos de até 60 km/h entre esta sexta-feira e domingo, 20.

Durante a entrevista, o presidente da Enel voltou a admitir a gravidade e as dificuldades da concessionária para lidar com a crise. "O que aconteceu, de fato, foi um evento de natureza extrema e não quero usar isso para isentar a gente de responsabilidade. Nós, como os clientes, nesse momento, estamos dando a maior prioridade àqueles clientes que ainda estão sem energia, que a gente identifica por algum motivo que teve reincidência ou que ficaram mais tempo sem energia", disse ele.

No dia anterior, a Enel disse que o serviço não havia sido restabelecido para 36 mil clientes. Não houve atualização desse balanço.

Na quinta-feira, 17, em entrevista coletiva, a Enel afirmou que o apagão que atingiu São Paulo e a região

metropolitana na sexta-feira passada, 11, foi maior do que o inicialmente divulgado. No total, foram 3,1 milhões de imóveis que ficaram sem luz - mais do que os 2,1 milhões inicialmente informados pela empresa.

Segundo a empresa, a quantidade de atingidos foi revisada porque o balanço era de 2,1 milhões de imóveis prejudicados às 23h59 do dia 11. Posteriormente, a Enel apurou que entre as 19 horas e esse horário, havia cerca de um milhão de interrupções de energia que haviam sido recuperadas antes da virada do dia.

A extensão do problema e a demora na reação levaram o governo federal a abrir um processo disciplinar contra a empresa italiana, o que eventualmente pode levar à perda de concessão. A empresa diz não ver requisitos para isso, uma vez que afirma cumprir os requisitos contratuais.

Com relação a contratação de mais funcionários, o presidente da Enel justificou que já está atuando nesse processo.

"Temos um plano de contratação de 1,2 mil eletricitas. Inclusive (temos) treinado eletricitas em parceria com



A Enel afirma que manterá o reforço no efetivo de profissionais para atender chamados

o Senai, porque a gente não encontra eletricitas prontos no mercado com a qualificação necessária. Já estamos num nível de contratação de aproximadamente 400, 500 eletricitas nesse momento. E vamos

chegar a 1,2 mil eletricitas até março", disse Lencastre.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) solicitou nesta sexta-feira (18) a imediata intervenção na concessão da Enel Dis-

tribuição São Paulo para "assegurar a adequação na prestação do serviço". A representação é do subprocurador-geral, Lucas Rocha Furtado.

"A suspensão do fornecimento de energia elétrica, porém, ainda persiste, não podendo as providências para o seu restabelecimento, ante os contínuos e crescentes prejuízos para milhares de usuários desse serviço, aguardar a conclusão da referida apuração", diz a representação.

O subprocurador-geral disse ainda que há "demonstração de hesitação" pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ao "declarar que o Ministério carece de fundamentação técnica para considerar a intervenção ou a caducidade da concessão".

Na última terça-feira, Furtado pediu que o TCU acompanhasse junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) as medidas que vinham sendo tomadas em relação à Enel. Ele sugeriu que a Corte, caso fosse comprovada irregularidades na atuação da Enel, "atuasse de forma a propor a extinção da concessão".

OPERAÇÕES

Aeroporto de Porto Alegre volta a receber voos comerciais na segunda

Após passar cerca de 170 dias fechado devido aos estragos causados pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul entre o fim de abril e maio deste ano, o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, voltará a receber voos nacionais a partir da próxima segunda-feira (21).

Como parte das instalações segue em obras, o aeroporto funcionará, inicialmente, das 8h às 22h, permitindo que os serviços restantes sejam realizados à noite. Além disso, neste primeiro momento, vão ser usados só 1.730 metros dos 3,2 mil metros da pista principal, além de apenas seis posições de embarque direto (fingers aeroportuários) e uma remota.

Segundo a Fraport Brasil,

empresa concessionária responsável pelo funcionamento das instalações aeroportuárias, há 71 pousos e decolagens programados para o primeiro dia de operação. A expectativa é que a movimentação seja ampliada pouco a pouco, já que, mesmo operando com apenas parte da pista principal, o Salgado Filho já comporta até 128 operações domésticas por dia.

"Antes do Natal, o aeroporto estará 100% funcionando, inclusive com voos internacionais", assegurou o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta, em um vídeo postado nas redes sociais.

"E vamos manter toda essa ampliação da malha aeropor-

tuária que criamos no interior do estado, durante este período de dificuldade", acrescentou Pimenta, destacando a importância do Salgado Filho para o processo de reconstrução e a retomada da atividade econômica no Rio Grande do Sul.

Pimenta e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, viajaram a Porto Alegre na manhã desta sexta-feira (18). Acompanhados por assessores e representantes de órgãos federais, os dois pousaram no Salgado Filho perto das 10h, a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), para participar da cerimônia de reinauguração do aeroporto.

Com a retomada gradual das operações, check-in, des-

pacho de bagagens, embarque e desembarque de passageiros voltam a ser feitos no próprio aeroporto - temporariamente, na área internacional, com acesso pelas portas 5 e 6 do segundo piso. Os primeiros estabelecimentos da praça de alimentação também começarão a funcionar na próxima semana. A previsão da Fraport é recuperar toda a pista de pouso e decolagem e restabelecer os primeiros voos internacionais até 16 de dezembro.

Responsável por mais de 90% do tráfego aéreo no Rio Grande do Sul, o Aeroporto Salgado Filho teve que ser integralmente fechado em 3 de maio, quando a catástrofe socioambiental que afetou mais de 2,34 milhões de pessoas em 468 das 497 cidades

do Rio Grande do Sul, ceifando ao menos 183 vidas, alagou as pistas de pouso e decolagem e o terminal de passageiros.

Em meados de julho, a Fraport Brasil retomou parcialmente o processamento (check-in e desembarques) de passageiros e o controle de segurança no aeroporto, mas os clientes continuaram sendo transportados, em ônibus, de/para a Base Aérea de Canoas, a cerca de 10 quilômetros de distância, de onde os aviões partiam ou chegavam.

O fechamento do Salgado Filho evidenciou a necessidade de investimentos públicos e privados em aeroportos regionais. E levou a concessionária a pedir ao governo federal a revisão extraordinária do contrato de concessão, alegando

que, com a interrupção das atividades e necessidade de reparar os estragos das cheias, sofreu um impacto financeiro significativo.

Em agosto, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou a liberação, pelo Ministério de Portos e Aeroportos, de R\$ 425,96 milhões para a empresa.

No último dia 27, o Palácio do Planalto autorizou, por meio da Medida Provisória nº 1.260, o Ministério de Portos e Aeroportos a repassar à Fraport a quantia aprovada pela Anac. O dinheiro será repassado à concessionária em parcelas, à medida que for comprovada a necessidade dos gastos. Consequentemente, o valor ainda pode ser ajustado.

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 33.608.308/0001-73 - NIRE nº 33.3.0027332-8
ATA DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2024, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO.

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2024, às 9h00, na sede social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20060-000, e por meio de videoconferência, conforme permitido pelo artigo 14 do Estatuto Social. **2 - CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Compareceu a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Helder Molina, José Carlos Gomes Mota, Nilton Molina Neto, Tomás Alfaro Uriarte, Marco Baptist Arie Keim e Patrick Curtin, os últimos 3 (três) representados por sua Procuradora, tendo sido cumpridas as formalidades de convocação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme determina o artigo 10 do Estatuto Social. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Helder Molina, Presidente. Escolhida a Sra. Fernanda Blanco Erbsti para secretariar os trabalhos. **4 - ORDEM DO DIA:** (i) Reeleger membro do Comitê de Riscos e Auditoria e fixar o prazo de mandato; e (ii) Ratificar a composição do Comitê de Riscos e Auditoria. **5 - DELIBERAÇÕES:** Foram aprovados, por unanimidade e sem ressalvas dos Conselheiros presentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação em vigor: (i) Reeleger, *ad referendum* da SUSEP, para o cargo de Presidente do Comitê de Riscos e Auditoria da Companhia, o Senhor **Paulo Pereira Ferreira**, brasileiro, divorciado, atuário, portador da carteira de identidade nº 03.767.835-6, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF nº 598.739.497-04, domiciliado à Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20060-000, com mandato até 26.05.2026 e remuneração conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 28.03.2024. O membro do Comitê de Riscos e Auditoria, ora eleito, não está incurso em crime algum previsto em lei, que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, bem como atende as condições previstas nas Resoluções CNSP nº 422/2021 e nº 432/2021. O eleito toma posse no cargo nesta data, dia 27.05.2024, conforme termo de posse anexo. (ii) Em virtude da deliberação acima, ratifica-se a composição do Comitê de Riscos e Auditoria da Companhia: a) **Paulo Pereira Ferreira** - Presidente do Comitê de Riscos e Auditoria, com mandato até 26.05.2026; b) **Elisabeth Vieira Valente Bartolo** - membro do Comitê de Riscos e Auditoria, com mandato até 18.07.2025; c) **Thomas Tosta de Sá** - membro do Comitê de Riscos e Auditoria, com mandato até 18.07.2025; e d) **Renato Russo** - membro do Comitê de Riscos e Auditoria, com mandato até 16.05.2026. **6 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes, e passa a ter efeito nesta data. Rio de Janeiro (RJ), 27 de maio de 2024.

Mesa: Helder Molina - Presidente; **Fernanda Blanco Erbsti** - Secretária. **Conselheiros:** Helder Molina, Marco Baptist Arie Keim p.p. Anna Tavares de Mello, José Carlos Gomes Mota, Tomás Alfaro Uriarte p.p. Anna Tavares de Mello, Nilton Molina Neto, Patrick Curtin p.p. Anna Tavares de Mello. **Assinatura da advogada:** Elisângela Bezerra Marques da Silva - OAB/RJ 211.118. **Certidão** - Juceerj - Certífico o arquivamento em 17/10/2024 sob o nº 00006505611. Protocolo nº 2024/00848480-9 em 15/10/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário-Geral.

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

Espectro Engenharia Ltda., CNPJ 32.126.377/0001-88, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/18102, Licença Ambiental Municipal AAM-2024/00045 com validade de 24 meses, com início em 18/09/2024 e término em 18/09/2026, para a execução de obras para a requalificação urbana e de infraestrutura, com implantação de redes de abastecimento, drenagem, esgotamento sanitário, elétrica, pavimentação e sinalização na Rua Via Light, em Rio das Pedras - Itanhangá - Rio de Janeiro - RJ.

HOSPITAIS INTEGRADOS DA GÁVEA S.A. - CLÍNICA SÃO VICENTE

CNPJ/MF nº 31.635.857/0001-01 - NIRE 33.3.0002236-8
RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
Foi realizada reunião de sócios do Hospitais Integrados da Gávea S.A. - Clínica São Vicente ("Companhia") no dia 30 de setembro de 2024, na sede da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua João Borges, nº 204, parte, Gávea, CEP. 22451-100, com a presença da totalidade dos acionistas, na qual foram aprovadas, por unanimidade e sem ressalvas, as incorporações da Orthoservice Ltda. e da Correa, Merloti e Rocha Serviços Médicos Ltda. pela Companhia. Assinaturas Mesa: Jamil Muanis Neto - Presidente de Mesa; e Henrique Cipriano Policastro - Secretário. **AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. JUCERJA - registro nº 00006481808 em 03/10/2024.**

RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A.

CNPJ/ME nº 42.292.007/0001-74 - NIRE 33.3.0033735-1
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2024
Reunião realizada em 16 de agosto de 2024, às 09:30h, na Rua Victor Civita nº 66, Edifício 5, 2º andar, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, e por videoconferência. Presentes todos os membros do Conselho de Administração. Composição da mesa: Cláudio Abduche Bechara, Presidente, e Genilson Silva Melo, Secretário. Na ordem do dia, foram deliberados e aprovados: (i) eleição dos membros do Comitê de Auditoria: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro, Robson da Silva Garcia e Álvaro Amaral de França Couto Palma de Jorge; (ii) eleição dos membros do Comitê Financeiro: Genilson Silva Melo, Marcelo Augusto Raposo da Mota e Rodrigo Costa Rocha; (iii) eleição dos membros do Comitê de Pessoas e Responsabilidade Social: Luciana Barbosa Ramos Reis, Thiago Contage Damaceno e Patrícia Souza Lima Gomes de Amorim; (iv) autorização para que a Diretoria adote as medidas necessárias. A reunião foi encerrada com a leitura, aprovação e assinatura da ata pelos presentes. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal: <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>

JAPS IMOBILIÁRIA LTDA.

Sociedade Limitada
CNPJ: 03.004.858/0001-12 - NIRE: 33.2.0618776-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS A SER REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024. A representante legal do administrador da sociedade **JAPS IMOBILIÁRIA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Itapiru nº 1323, Rio Comprido, CEP: 20251-902 - RJ ("Sociedade"), vem, nos termos do contrato social vigente e de forma supletiva, de acordo com o artigo 124, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e dos artigos 1.071 e 1.076 do Código Civil vigente, convocar os sócios da Sociedade para realizarem reunião de sócios ("Reunião de Sócios"), na sede da Sociedade, no dia 30 de outubro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), com a presença mínima de sócios representando pelo menos a maioria do capital social da Sociedade, em função do falecimento do sócio administrador José Américo Peón de Sá para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: (i) alteração do administrador da Sociedade; (ii) demais assuntos gerais. Os Sócios poderão participar da Reunião de Sócios pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar e votar na Reunião de Sócios. Observando o disposto no artigo 126 da Lei das S.A., para participar da Reunião de Sócios, os Sócios, que forem representados por outro alguém, deverão apresentar o documento de identificação com foto e/ou os documentos que comprovem a representação legal, conforme o caso. O representante de sócio deverá apresentar cópia simples da documentação que outorgue poderes e representação. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei 10.406/2002. As pessoas naturais sócias da Sociedade somente poderão ser representadas na Reunião de Sócios por procurador ou representante legal que seja sócio da Sociedade, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º da Lei das S.A. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2024. **ESPÓLIO DE JOSÉ AMÉRICO PEÓN DE SA** - Representado por sua inventariante RENATA PEÓN DE SA - Sócio - Administrador da Sociedade.

SELEÇÕES DE MADEIRAS S/A - CNPJ 30.760.938/0001-70. **Editais de Convocação.** Ficam convocados os Srs. Acionistas a se fazerem presentes à AGO que será realizada às 16h30 do dia 05/11/2024, na Av. Rio Branco nº 277, 6º andar, Sala 508, Ed. São Borja, Centro, Rio de Janeiro/RJ, a fim de discutir e deliberar as seguintes pautas: (i) aprovação das contas e demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, publicadas no Diário Comercial de 14/06/2024; (ii) outros assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 17/10/2024. Gil Soares Monteaux - Diretor Presidente.

COMUNICADO

Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores cotistas do SHOPPING CENTER DO MÉIER, à Rua Dias da Cruz, 255, subsolo, o rendimento da cota do mês corrente no valor de R\$ 2,00 (dois reais) a partir do dia 20/10/2024. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2024.
Shopping Center do Brasil S/A. Síndico

ALERTAS

Immet alerta para tempestades

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) divulgou no início da madrugada desta sexta-feira (18) aviso meteorológico, com previsão de tempestade, para áreas do Sudeste e Centro-Oeste, entre elas, as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e macro metropolitana Paulista.

aparalhos elétricos e o quadro geral de energia do imóvel. Mais informações podem ser obtidas na Defesa Civil (telefone 199) e no Corpo de Bombeiros (telefone 193).

De acordo com o Inmet, no sul e Zona da Nata de Minas Gerais, Serra da Mantiqueira, Vale do Paraíba, litoral norte de São Paulo, além da chamada Costa Verde do Rio de Janeiro e a região serrana fluminense é esperado um volume de chuva em torno de 100 milímetros (mm) em 24 horas.

Desde a madrugada desta sexta-feira (18), as instabilidades ganharam força sobretudo no extremo oeste de Santa Catarina, oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul.

O Inmet publicou um aviso de granulação que indica grau de perigo devido às tempestades de árvores e veículos próximos a torres de transmissão e placas de propagação. Outra orientação é para desli-

do Sul. Outros avisos do Inmet, desta vez de nível amarelo – que indicam potencial perigo relacionado às fortes chuvas – abrangem áreas dos estados de Rondônia, de Mato Grosso, do Tocantins, de Goiás e do Distrito Federal.

No restante do país, o fim de semana deve ser marcado por chuvas significativas e ventos fortes, em uma faixa que vai do norte da Região Sul ao sul da Bacia Amazônica e também no oeste da Região Nordeste.

A população deve ficar atenta às atualizações da previsão do tempo e avisos meteorológicos especiais.

Atualmente, os alertas da Defesa Civil, sobre a possibilidade de ocorrência de desastres e de eventos adversos, acompanhados de recomendações ou ações emergenciais para a população em situação de risco podem ser recebidos por mensagem de SMS apli-

cativos Telegram e WhatsApp para smartphones e TV por assinatura.

Para mensagens SMS, o cidadão deve enviar uma mensagem para o número 40199, com o CEP da área de interesse. Já no aplicativo de WhatsApp, qualquer pessoa pode cadastrar o número 61 2034-4611 ou escrever algo para o robô de alertas envie o passo a passo da tela para cadastrar as áreas de interesse para recebimento de alertas ou pesquisar os alertas já vigentes.

No aplicativo Telegram, o usuário deve procurar o contato com nome "Defesa Civil Alertas" e escrever algo para que o atendimento automático indique como cadastrar as áreas de interesse ou pesquisar os alertas já vigentes.

Por fim, nas TVs por assinatura, os avisos e alertas da Defesa Civil surgem automaticamente na tela, durante a programação.

Eco Jordão S.A.

CPNJ nº 32.917.822/0001-28 - NIRE 35300532996

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Outubro de 2024

(se houver), devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) do prêmio flat regressivo, conforme tabela prevista no Termo de Emissão. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado nos termos do Termo de Emissão; (j) **Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais Escriturais efetivamente subscritas e integradas ("Amortização Extraordinária Facultativa"), limitada a até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, mediante pagamento do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo). A Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais Escriturais será realizada mediante o pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescida (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive); (ii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver), devidos e não pagos até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa; e (iii) do prêmio flat regressivo, conforme caso, até a Data de Emissão; (k) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento da Companhia de qualquer quantia devida aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, os débitos em atraso devidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial), (a) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados de forma *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (l) **Prorrogação de Prazos:** Considera-se não prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais Escriturais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no Termo de Emissão, entende-se por "Dias Úteis" (i) em relação a qualquer obrigação realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional declarado nacional na República Federativa do Brasil, e (ii) em relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia que não haja expediente nos bancos comerciais nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo, e Campos de Jordão, estado de São Paulo; (b) **Agente Fiduciário:** A **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Moreira nº 215, conjunto 41, sala 2, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, será contratada como agente fiduciária dos Titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos interesses dos titulares das Notas Comerciais Escriturais; (c) **Escriturador e Agente de Liquidação:** As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma exclusivamente escritural, nos termos do artigo 45 da Lei nº 6.402/2015. A **Integração de Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 015.478.000/04 ("Integração"), será contratada como agente fiduciária dos Titulares das Notas Comerciais ("Agente de Liquidação"), representando a comunhão dos interesses dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CVM e pela B3. A instituição prestadora dos serviços de agente de liquidação das Notas Comerciais Escriturais será a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, acima qualificada ("Agente de Liquidação"). O Agente de Liquidação será responsável por manter as contas das Partes a fim de liquidar as obrigações de pagamento relacionadas à Emissão. As definições acima incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder ao Agente de Liquidação e/ou ao Escriturador na prestação de serviços relativos às Notas Comerciais Escriturais; e (d) **Atas e Características:** As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma exclusivamente escritural, conforme o disposto no Termo de Emissão; (e) **Forma de Pagamento:** Os pagamentos a serem realizados pelos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (f) **Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, encadeada a todos os Titulares das Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurado a todos os Titulares das Notas Comerciais Escriturais, incluindo a **Integração de Valores Mobiliários Ltda.**, o direito de resgate antecipado parcial das Notas Comerciais Escriturais, sendo, em todo o caso, permitido o resgate antecipado parcial das Notas Comerciais Escriturais em quantidade de Titulares de Notas Comerciais Escriturais que tenham aderido à oferta de Resgate Antecipado seja inferior à totalidade das Notas Comerciais Escriturais. A oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada nos termos do Termo de Emissão; (g) **Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Notas Comerciais Escriturais efetivamente subscritas e integradas ("Resgate Antecipado Facultativo"), a qualquer momento a partir da Data de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescida (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (inclusive); (ii) de eventuais Encargos Moratórios

Ouro Roxo Participações S.A.

CPNJ nº 10.942.166/0001-80 - NIRE 35.300.540.905

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da FICA Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), realizada na data supramencionada às 14:00 horas por videoconferência. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade. **3. Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade das ações em circulação composta por 100% do capital votante, sendo: (i) **Planalto DL Participações S/A**, representada pelo Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho**; (ii) **Albrook Gold Corporation**, representada pelos Srs. **Robin Anthony Slaughter** e **Seo Aliro Longo Mesa**; e (iii) Sr. **Artur Gomes Ferreira**, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 125.373, conforme lista de presença gravada em anexo. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.** 7.1.1. Em relação à aprovação de contas, o Sr. Presidente, primeiramente, esclareceu que antes da revogação da Lei nº 6.402/2015, o artigo inciso II do artigo 32 dispensava a publicação dos documentos mencionados no item (i) da ordem do dia, pois a companhia é uma sociedade anônima de *capital fechado* e possuía menos de 20 acionistas e tinha patrimônio líquido inferior a R\$ 10.000.000,00. 7.1.2. Ainda, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, foram publicados no Jornal Diário Comercial, em 21 de outubro de 2024, com o seguinte teor: "A Companhia apresenta a seguinte situação patrimonial e financeira em 31.12.2022, conforme demonstrado no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, em milhares de reais (em R\$): **Ativo:** Disponível em caixa: R\$ 125.373,00; **Passivo:** Dívidas: R\$ 125.373,00. **Mesa:** Escolhido para presidir a mesa o Sr. **Dirceu Santos Frederico Sobrinho** representante da **Planalto DL Participações S/A** e para secretário-ou o advogado presente, o Sr. **Artur Gomes Ferreira**. **Em Matéria Ordinária:** **A aprovação de Contas da Administração e do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2018, 20**